



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ 31.796.659/0001-20

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO

Estado do Espírito Santo

MANUAL TÉCNICO DE ORÇAMENTO MUNICIPAL

Este manual expedido pela Controladoria Geral do Município para atender as exigências contidas no art. 6º da Resolução TCEES nº. 227, de 25 de agosto de 2011 e suas alterações.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 02, de 21 de setembro de 2015.

SPO - Sistema de Planejamento e Orçamento.

**DISPÕE SOBRE A NORMATIZAÇÃO DA
ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO
MUNICIPAL.**

A Controladoria Geral do Município de Alto Rio Novo, Estado do Espírito Santo, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal, conjugado com o disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº. 03, de 16 de setembro de 2015 que define a Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal, onde define a Controladoria Geral, como órgão regulador, avaliador e fiscalizador da execução orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e gerencial; por fim considerando o disposto na Lei Complementar Estadual nº. 101, de 04 de maio de 2000, bem como as Resoluções expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Membros da Comissão Especial de Orçamento

Art. 1º. A Controladoria Geral do Município recomenda que sejam nomeados por ato do Chefe do Executivo os integrantes da Comissão Especial de Orçamento, nos termos do art. 165 da Constituição Federal compostas pelos seguintes servidores:

- I -** Controlador Geral do Município, recaiando sobre sua responsabilidade a presidência da Comissão de Orçamento e a coordenação dos trabalhos;
- II -** Contador Geral do Município, que funcionará como relator dos trabalhos;
- III -** Representante dos Serviços de Engenharia do Município;
- IV -** Secretário Municipal de Administração;
- V -** Secretário Municipal de Fazenda;
- VI -** Secretário Municipal de Educação;
- VII -** Secretaria Municipal de Saúde;
- VIII -** Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IX -** Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transporte;

- X -** Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;
- XI -** Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- XII -** Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;
- XIII -** Representante da Procuradoria Geral do Município;
- XIV -** um Servidor do Poder Legislativo Municipal indicado pelo Presidente da Câmara Municipal.

CAPITULO II

Plano Plurianual - PPA

Art. 2º. No Plano Plurianual - PPA constará programas e ações setoriais para os investimentos prioritários do projeto de desenvolvimento do Município constante do Plano de Governo do gestor.

Art. 3º. A Comissão Especial de Orçamento nomeada nos termos do artigo 1º desta instrução normativa viabilizara recursos e meios necessários para elaborar estudo preliminar e levantamento dos programas e ações que deverão integrar o PPA.

Art. 4º. A elaboração do PPA evidenciará questões fundamentais, como:

- I -** qual o conjunto de políticas mais adequado para estimular o crescimento e a melhoria da qualidade de vida da população local;
- II -** quais as melhores políticas para gerar trabalho, emprego e renda obedecendo as diretrizes definidas no Plano de Governo do Gestor;
- III -** quais os projetos de desenvolvimento e infraestrutura que vão receber prioridade e recursos e a indicação da fonte de receita;
- IV -** quais são os ramos da pesquisa científica e tecnológica fundamentais para o crescimento do município;
- V -** quais são as políticas e programas sociais necessários para o desenvolvimento humano da população, a inclusão social e a melhor distribuição da renda entre os munícipes;
- VI -** quais as garantias orçamentárias e financeiras para fazer face aos custos com a qualidade dos serviços públicos prestados pelo município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Art. 5º. O PPA contemplará despesas correntes para a manutenção dos serviços públicos e despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 1 º. As Despesas Correntes são as destinadas aos custeios de despesas com pessoal, com materiais e contratação de serviços de terceiros destinados a manutenção da máquina administrativa.

§ 2 º. As Despesas de Capital, são investimentos com novos equipamentos e infraestrutura urbana, destinadas a compor o ativo permanente do órgão.

Art. 6º. Objetivos do Plano Plurianual - PPA:

I - estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, para o quadriênio definido;

II - desenvolver e aprimorar o planejamento, orçamento e gestão por programas em todos os órgãos da administração municipal;

III - tornar públicas as informações referentes à execução dos programas de governo, possibilitando maior e melhor controle quanto à aplicação dos recursos e aos resultados obtidos;

IV - possibilitar uma participação mais efetiva da sociedade na eleição das prioridades de obras públicas;

V - dotar os administradores públicos de um sistema gerencial estruturado e atualizado, mencionando claramente o Gestor e Gerente dos programas e das ações constante no planejamento;

VI - criar condições para avaliação e mensuração dos indicadores e dos efeitos destes sobre a realidade municipal, criando critérios de avaliação da eficiência e eficácia da ação de governo.

Art. 7º. Conteúdo e Forma do Plano Plurianual – PPA que conterá:

I - análise da situação econômica e social do município;

II - diretrizes, metas, objetivos, por meios de programas e ações, por unidade administrativa, observando a estrutura organizacional existente;

III - demonstrativo das receitas por fonte e das despesas e sua distribuição entre os programas;

IV - conjunto de ações para atingir os objetivos estabelecidos.

Art. 8º. Para atender a forma do PPA entende-se como:

I - Diretrizes: orientações gerais ou princípios que nortearão a captação e gastos de recursos, bem como a gestão, durante o período, com vistas a alcançar os objetivos do Plano de Governo no período do Plano Plurianual;

II - Programas: são os instrumentos de organização da ação governamental para enfrentar um problema ou demanda da sociedade, os programas têm objetivos, voltados para atender a um público-alvo, e o seu alcance será avaliado por meio de indicadores;

III - Ações: é um conjunto de operação cujo produto contribui para o alcance do objetivo do programa, cada programa é composto por um conjunto de ações;

IV - Programas de duração continuada: são programas cuja execução ultrapassa um exercício financeiro, tais como: limpeza pública, manutenção de vias, prestação de serviços de saúde pública, manutenção do ensino, etc., enfim, as despesas com operação, manutenção e conservação de serviços destinados à comunidade;

V - Objetivos: discriminação dos resultados que se pretende alcançar com a execução das ações governamentais que permitirão a superação das dificuldades diagnosticadas, tais como: melhorar a qualidade do ensino; aumentar a oferta de moradias; reduzir a mortalidade infantil;

VI - Metas Físicas: especificação e quantificação física dos objetivos definidos. Exemplos: *construção de 10 escolas, capacitação de 100 professores; distribuição de 500 cestas básicas;*

VII - Metas Financeiras: quantificação de valores monetários que serão destinados a cada meta física;

VIII - Fonte de recursos: origem da receita orçamentária e sua destinação para fins de controle e prestação de contas e acompanhamento da execução orçamentária e financeira municipal, nos termos das Resoluções e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado.

CAPITULO III **Elaboração do Plano Plurianual - PPA**

Art. 9º. A base para a elaboração do PPA é o plano do atual governo onde está expressa as diretrizes, os temas e propostas prioritárias as quais a sociedade confiou para o eleger, o PPA tem a tarefa de executar.

§ 1º. O plano de governo serve de orientação estratégica para a formulação dos programas que deverão compor o Plano Plurianual (PPA), indicando os problemas e demandas da sociedade e as principais ações públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

§ 1º. O plano de governo poderá ser complementado ou até mesmo aperfeiçoado com outras necessidades públicas identificadas durante o período de elaboração do PPA.

Art. 10. Os programas de trabalho constantes do PPA serão sustentados em pesquisas junto às comunidades sobre as necessidades públicas, fazendo constar memorial descritivo e memórias de cálculo constando todos os dados necessários que comprovem sua fidedignidade à pesquisa efetuada e melhor esclarecimento da necessidade pública.

§ 1º. As definições das necessidades públicas conterão a seguinte estrutura:

- I - descrição da necessidade pública;
- II - unidade de medida da necessidade pública;
- III - quantificação da necessidade pública (quantidade de unidade de medidas);
- IV - evidenciação da necessidade pública de forma problematizada.

Art. 11. A necessidade pública deve ser transformada em Programa de Governo, devendo possuir a seguinte estrutura mínima:

- I - Denominação do Programa;
- II - Objetivo do Programa;
- III - Meta do programa;
- IV - Montante do dispêndio orçamentário/financeiro para a realização do Programa;
- V - Duração do Programa;
- VI - Ações Governamentais (*descrição sumária*);
- VII - Responsabilidades Gerenciais (*Unidade Administrativa dos órgãos responsáveis pelo Programa Governamental*);
- VIII - Principais Externalidades ao Programa (*efeitos estratégicos esperados; repercussões financeiras, orçamentárias e patrimoniais*);
- IX - Ações que comporão o programa.

Art. 12. As previsões dos recursos que financiarão o Plano terão como base o histórico dos três últimos exercícios e suas projeções que tem por finalidade favorecer a seletividade na alocação dos recursos para o período, bem como orientar



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

tempestivamente a formulação dos programas, no que diz respeito à busca por recursos alternativos e transferências por meio de convênios.

Art. 13. A função da Comissão Especial de Orçamento é de planejar e coordenar o processo de preparação, elaboração e avaliação do PPA em todas as suas fases e contará com apoio técnico das demais unidades administrativas.

CAPITULO IV

Anexos

Art. 14. A Comissão Especial de Orçamento preencherá os anexos que integra o presente Decreto, dentre eles:

I - demonstrativos das receitas que financiarão os gastos, demonstrando as arrecadações ocorridas nos últimos três anos e as projeções dos anos relativos ao período de vigência do PPA, demonstrando o método utilizado nas projeções;

II - demonstrativos das despesas de forma consolidadas, demonstrando os programas e respectivas ações dos órgãos e unidades orçamentárias, guardando coerência com as receitas projetadas, demonstrando assim o equilíbrio fiscal;

III - apresentação dos Programas com todos os atributos, dentro de uma estrutura lógica, por unidades orçamentárias e demais órgãos pertencentes ao governo;

IV - modelo de Proposta de Programas Finalísticos ações que integram este Decreto;

V - outros anexos e demonstrativos definidos pela Contabilidade Geral do Município.

CAPITULO V

Disposições Finais

Art. 15. Os integrantes da comissão especial de orçamento terão acesso irrestrito as informações necessárias para fundamentarem suas conclusões.

Art. 16. O prazo para a Comissão Especial de Orçamento apresentar a proposição final do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, são os definidos na Lei Orgânica Municipal, conjugado com o disposto no § 2º dos ADCT-CF.

Art. 17. Ficam os membros da Comissão Especial de Orçamento do Município e os técnicos que atuarão na elaboração dos instrumentos orçamentários convocados para se inscreverem a participar de curso de capacitação de elaboração, gerenciamento e avaliação dos instrumentos de planejamento, com no mínimo 16 (dezesesseis horas) anuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Art. 18. Fica aprovado o Manual Técnico de Orçamento Municipal que integra a presente Instrução Normativa.

Art. 19. O Manual Técnico de Orçamento Municipal será considerado como norma orientadora a presente Instrução normativa, a Controladoria Geral solicitará ao Serviço de Contabilidade a disponibilização de informações para a elaboração do cronograma de elaboração e aprovação dos instrumentos de planejamento.

Art. 20. A Secretaria Municipal de Fazenda deverá observar as determinações constantes nesta Instrução Normativa, fiscalizando o cumprimento da mesma por parte do Departamento de Orçamento, Planejamento e Elaboração de Projetos.

Art. 21. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo - ES, 21 de setembro de 2015.

ANA CARLA DIAS
Controladora Geral

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 403, de 16 de outubro de 2003, que a presente Instrução Normativa foi publicada no quadro de aviso da Prefeitura em 21 de setembro de 2015.

Elvira de Mello da Silva
Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

MANUAL TÉCNICO DE ORÇAMENTO MUNICIPAL

APRESENTAÇÃO

O objetivo do presente Manual Técnico de Orçamento Municipal tem como finalidade atender a Resolução TCEES nº. 227, de 25 de agosto de 2011 e suas alterações, bem como servir de suporte técnico necessários aos trabalhos de planejamento orçamentário de políticas públicas desenvolvidos no âmbito municipal. Este manual é parte integrante da Instrução Normativa expedida pela Controladoria Geral do Município nos termos da Lei Complementar nº. 03, de 16 de setembro de 2015.

O presente manual técnico traz conceitos e instruções técnicas revestidos de fulcro legal para consolidação e divulgação de normas técnicas em âmbitos contábil e orçamentário nacional. Dessa forma, a breve exposição feita referencia-se em instrumentos legais infraconstitucionais de normas técnicas, a saber: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – documentos elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional com o objetivo de orientação dos procedimentos técnicos para a consolidação das contas públicas nacionais.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, são inteiramente aplicáveis ao trabalho de planejamento e orçamento público e devem ser consideradas pelos interessados em aprofundar a matéria.

No âmbito dos objetivos deste Manual, “*strictu sensu*”, expor-se-á conceitos e rápida explanação sobre Receitas Públicas e algumas considerações de cunho técnico sobre as mesmas, sobretudo no que tange aos mecanismos de vinculação de receitas quanto aos gastos posteriores. Ainda definições gerais acerca de metodologia de composição dos valores de receitas para exercícios vindouros serão apresentadas.

Também a breve visão sobre Despesas Públicas será apresentada com o intuito de propiciar aos órgãos setoriais da Administração Municipal da capacidade de elaboração das Propostas Orçamentárias Setoriais respectivas de forma segura e fluida. As etapas da Despesa Pública serão apresentadas de forma didática e complementarmente, será exposto o mecanismo de fonte de recursos ou destinação de uso.

Sobre Fontes de Recursos, também informações sobre os propósitos, suporte legal e mecanismo de uso serão apresentadas objetivando apresentar aos técnicos setoriais o conhecimento necessário para previsão orçamentária de convênios e demais recursos vinculados a despesas específicas, bem como explicar conceitos para a devida utilização dos referidos recursos.

Breve tópico acerca de controle e avaliação será apresentado. Caber salientar que este tópico tem por finalidade trazer ao conhecimento a necessidade de avaliação de resultados e como a referida avaliação integra-se fortemente ao processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

orçamentário, sendo, inclusive, tal processo o suporte de informações necessárias à avaliação de políticas públicas e de governo.

Compete a Controladoria Geral do Município, com fulcro no inciso I do art. 74 da Constituição Federal a avaliação e controle das metas de governo. Em destaque o controle social, o qual tornou-se fortalecido pela edição da Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009 a qual tornou possível o acompanhamento público em tempo real das informações da execução orçamentária e financeira.

A publicação da Lei Federal nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação pública, a qual determina à Administração a obrigatoriedade de possibilitar o acesso imediato ao cidadão às informações, bem como participar da elaboração dos instrumentos de planejamento, dentre outras, da implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos, matéria incidente sobre o campo orçamentário público e que fortalece o instrumento de orçamento como ferramenta indispensável ao controle dos atos da administração governamental.

A finalidade da normatização por meio da Instrução Normativa e o Manual Técnico de Orçamento Municipal proporcionará aos agentes públicos envolvidos na elaboração do orçamento municipal uma segura fonte de consulta para a correta classificação das despesas setoriais. Salienta-se, nesse sentido, metodologia exposta neste manual e com fundamento nos documentos da Secretaria do Tesouro Nacional, para identificação e classificação orçamentária das despesas públicas.

Todo o material apresentado tem por escopo oferecer suporte técnico para a devida prestação de informações, por parte de cada órgão setorial, das previsões de captação de recursos oriundos de terceiros (*assim entendidos as previsões de receitas para operações de crédito, convênios e possíveis repasses de instituições privadas*) bem como da devida fixação de gastos com base na arrecadação própria do Município.

Estas informações comporão os recursos do Governo Municipal para o suporte dos programas e ações para o exercício próximo e devem ser informadas as unidades administrativas de Fazenda, de Planejamento e de Orçamento, conforme diretrizes internas contidas no plano de governo do gestor.

Ressalta-se: o presente manual direciona as informações para os trabalhos de elaboração das Propostas Orçamentárias Setoriais aos respectivos agentes públicos e não esgota a matéria, até mesmo devido ao momento de desenvolvimento da Contabilidade, notadamente a Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Em resumo, o domínio da técnica de planejamento e orçamento público e de governo deverá ser alvo perseguido pelos agentes da Administração Pública, neste caso a Administração Municipal Local, por meio de busca de informações junto a outras fontes além deste manual. A percepção de instrumentos e conhecimentos em



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Planejamento de Políticas Públicas e de Governo, bem como de Finanças Públicas e a utilização de prudência e bom senso proporcionarão a melhoria contínua dos esforços conjuntos para uma gestão eficiente da cidade, conforme nos direciona a Constituição Federal.

Contudo, a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 8º dispõe que "*até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso*".

1 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO MUNICIPAL

1.1 - Orçamento Público Municipal

O orçamento é uma técnica vinculada ao instrumental de planejamento, responsável por estimar as receitas que irá arrecadar e fixar as despesas que espera realizar durante determinado período de tempo. Com vínculo que possa ser estabelecido junto a qualquer entidade, seja ela pública ou privada, o orçamento é desenvolvido segundo perspectivas de caráter múltiplo, isto é, uma técnica de caráter político, econômico, programático de planejamento, financeiro e gerencial de administração e controle.

O Orçamento Público objetiva a tarefa de adequar os planos de investimento aos recursos disponíveis, de maneira que sua elaboração e execução devem seguir normas gerais expressas na Constituição e em leis específicas entre elas o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com base nessa orientação e em parâmetros de curto prazo, no âmbito da administração pública, tem-se estabelecido um instrumento de gestão, com foco nos aspectos financeiros e físicos, a instituição da Lei Orçamentária Anual – LOA, seja ela para aplicação na esfera da união, estado, município. No Município de Alto Rio Novo, a LOA deve ser submetida para discussão e consequente aprovação pela Câmara Municipal até o dia 30 de setembro de cada ano, conforme previsão constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.2 - Marco Legal

Este Manual está fundamentado nas legislações e normativas que consolidam a constituição do orçamento público no âmbito da União, do Estado e, consequentemente, do Município de Alto Rio Novo. Sendo, sinteticamente, demonstrado a seguir.

Tabela 1: Legislações e Normativas Orçamentárias

PRINCÍPIO	Ementa/Objetivo
Constituição Federal - artigos 165 à 169	Lei que rege a União. Os artigos citados tratam do orçamento, com as respectivas leis de iniciativa do Poder Executivo no âmbito nacional.
Lei Federal nº. 4.320/64	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
Lei Orgânica do Município de Alto Rio Novo – Estado do Espírito Santo	Lei que rege o Município. Os artigos citados tratam do orçamento, com as respectivas leis de iniciativa do Poder.
Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Manual de Receita Nacional e Manual de Despesa Nacional (2008).	Os Manuais Técnicos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público consolidam conceitos, regras e procedimentos relativos à receita e a despesa no setor público.
Lei Federal nº: 5.172/1966 – Código Tributário Nacional – CTN.	Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.
Decreto nº 93.872/1986 – Casa Civil.	Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.
Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

1.3 Papel dos Agentes do Planejamento e Orçamento Municipal

1.3.1 Órgão Central – Secretaria Municipal de Fazenda - Departamento de Orçamento, Planejamento e Elaboração de Projetos (art. 91 da Lei Complementar nº. 03, de 16 de setembro de 2015).

O Órgão Central tem a função de coordenar as ações que compõem o planejamento e orçamento municipal. Em Alto Rio Novo, essa função cabe à Secretaria Municipal de Fazenda através do Departamento de Orçamento, Planejamento e Elaboração de Projetos. A Controladoria Geral do Município é órgão normatizador dos procedimentos orçamentários e atuará em conjunto com as demais unidades administrativas.

De acordo com o art. 91 da Lei Complementar nº 03, de 16 de setembro de 2015, compete ao Departamento de Orçamento, Planejamento e Elaboração de Projetos:

Art. 91. O Departamento de Orçamento, Planejamento e Elaboração de Projetos é a unidade administrativa de coordenação do planejamento, da promoção do orçamento democrático, competindo-lhe, especialmente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

- I - coordenar a elaboração de projetos, plano de trabalho, cronogramas físicos e financeiros necessários à captação de recursos junto aos órgãos oficiais dos demais entes federados, fazendo constar suas programações nos orçamentos municipais;*
- II - supervisionar e avaliar a execução de convênios, acordos e contratos de repasses quando o Município for parte acordado;*
- III - planejar, implantar e manter atualizado o sistema de estatística e informações municipais;*
- IV - elaborar e implementar a política municipal de investimento em articulação com os governos dos estados e da União;*
- V - conscientizar e mobilizar a comunidade quanto ao significado e importância do orçamento democrático;*
- VI - realizar reuniões e assembleias com a participação ampla e irrestrita de entidades representativas e membros da comunidade visando a discussão das necessidades básicas a serem providas pelo Poder Público Municipal nas diferentes regiões, distritos, e bairros do Município;*
- VII - estabelecer, juntamente com as comunidades interessadas, as necessidades prioritárias a serem atendidas, tendo em vista os recursos públicos disponíveis;*
- VIII - articular-se com a Secretaria Municipal da Fazenda visando a provisão de recursos com vistas à viabilização das prioridades de ações estabelecidas, conforme fonte de recursos;*
- IX - efetuar o levantamento sistemático das necessidades e carências qualitativas e quantitativas de mão de obra no Município;*
- X - promover o desenvolvimento de programas e projetos que visem a qualificação e capacitação da força de trabalho do Município;*
- XI - promover e estimular a implantação de atividades geradoras de novas áreas e frentes de trabalho no Município;*
- XII - promover o apoio técnico e gerencial para implantação e fortalecimento de microempresas e empresas de pequeno porte;*
- XIII - acompanhar e controlar as etapas de tramitação e implementação de convênios, contratos ou ajustes firmados pela Prefeitura, nas ações relacionadas à área do trabalho;*
- XIV - informar a tramitação e as alterações nos planos de trabalhos de convênios e elaborar projeto básico necessário à realização da licitação pública.*

1.3.2 - Órgão Gestor

O Órgão Gestor é o responsável pela articulação estabelecida entre a estrutura do órgão central e as unidades executoras, dentro do município, sendo responsável pela coordenação das ações no que tange o processo decisório no nível das Unidades Orçamentárias. O processo orçamentário envolve:

- ✓ estabelecimento de diretrizes setoriais para elaboração e alterações orçamentárias;
- ✓ definição e divulgação de instruções, normas e procedimentos a serem observados no âmbito do órgão durante o processo de elaboração e alteração orçamentária;
- ✓ avaliação da adequação da estrutura programática e mapeamento das alterações necessárias;
- ✓ coordenação do processo de atualização e aperfeiçoamento das informações constantes do cadastro de programas e ações;
- ✓ fixação, de acordo com as prioridades setoriais, dos referenciais monetários para apresentação das propostas orçamentárias e dos limites de movimentação e empenho e de pagamento de suas respectivas unidades orçamentárias;
- ✓ análise e validação das propostas e das alterações orçamentárias de suas unidades orçamentárias;
- ✓ consolidação e formalização da proposta e das alterações orçamentárias do órgão.

São estabelecidos como Órgãos Gestores no Município de Alto Rio Novo:

1. Câmara Municipal;
2. Prefeitura Municipal (*demais órgãos do Poder Executivo - vinculados*).

1.3.3 Unidade Orçamentária - UO

As Unidades Orçamentárias das entidades vinculadas ou subordinadas aos órgãos gestores são aquelas que ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e também, no que couber, do respectivo órgão gestor. De acordo com o art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64, “*constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias*”, conforme disposto na Lei de Estrutura Organizacional do órgão.

Nesse sentido, no Município de Alto Rio Novo, qualquer que seja a unidade, seja ela autônoma ou não, que seja responsável pela apresentação da programação do orçamento detalhado da despesa deverá estar caracterizada por programa e ação. A atuação da Unidade Orçamentária - UO no processo orçamentário compreende:

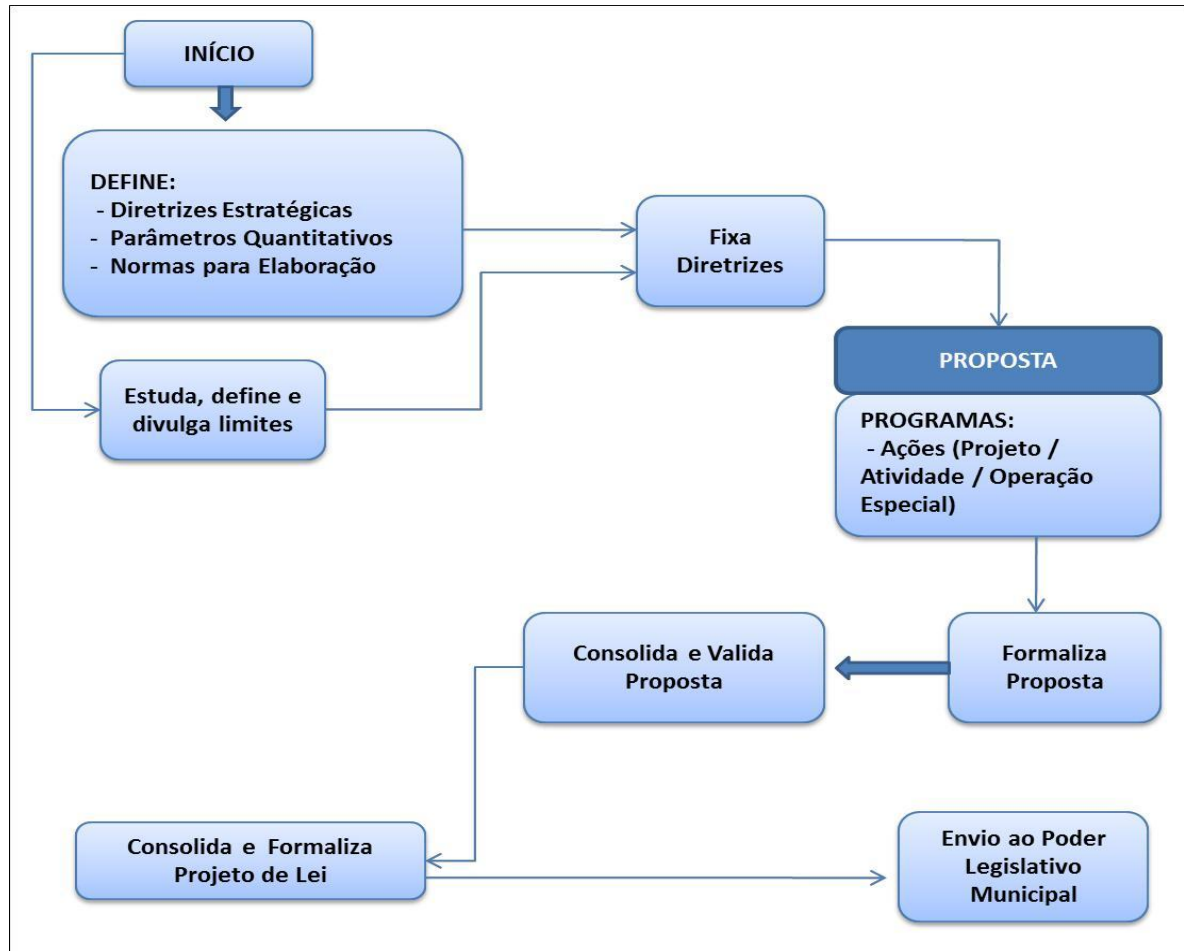
- ✓ estabelecimento de diretrizes no âmbito da UO para elaboração da proposta e alterações orçamentárias;
- ✓ estudos de adequação da estrutura programática;
- ✓ formalização, ao órgão setorial, da proposta de alteração da estrutura programática sob a responsabilidade de suas unidades administrativas;
- ✓ coordenação do processo de atualização e aperfeiçoamento das informações constantes do cadastro de ações orçamentárias;
- ✓ fixação dos referenciais monetários para apresentação das propostas orçamentárias e dos limites de movimentação e empenho e de pagamento de suas respectivas unidades administrativas;
- ✓ fixação de metas físicas a serem atingidas;
- ✓ análise e validação das propostas orçamentárias das unidades administrativas;
- ✓ consolidação e formalização de sua proposta orçamentária.

1.4 Elaboração do Orçamento Municipal

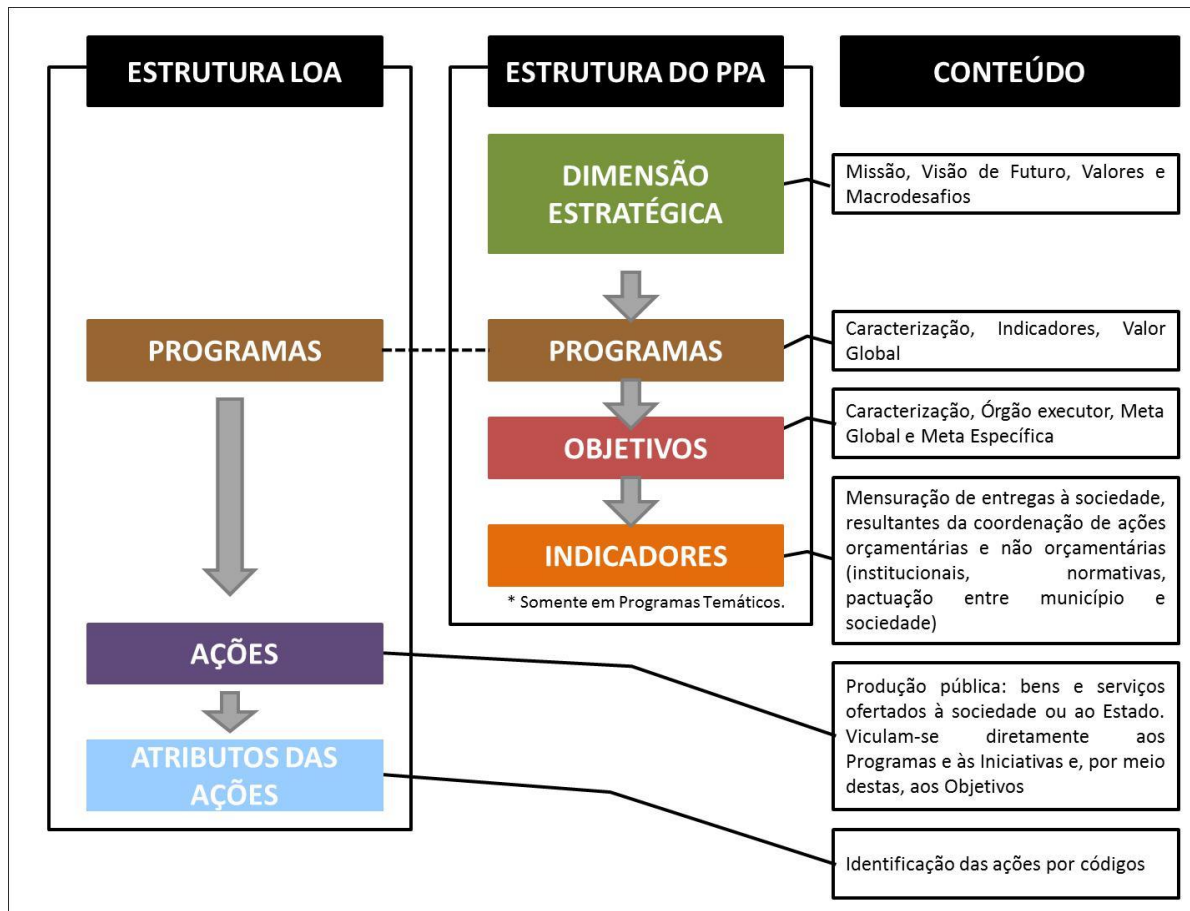
O processo de elaboração do orçamento do Município de Alto Rio Novo é estruturado, inicialmente, no Departamento de Orçamento, Planejamento e Elaboração de Projetos, passando pelos órgãos gestores, com a abrangência de suas unidades orçamentárias. Após estabelecidas as diretrizes que fundamentam a elaboração contábil do processo, tem sua fase estratégica, com a construção/revisão do plano plurianual e, posteriormente, finda com a elaboração do orçamento para o exercício seguinte.



1.4.1 - Fluxo de Elaboração do Orçamento Municipal



1.4.2 - Relação Estrutural entre os Instrumentos Orçamentários



2 - CONCEITOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - Direito Financeiro e Direito Tributário

O Direito Financeiro é um gênero do ramo jurídico que contempla toda a atividade financeira do Estado e versa sobre receitas, despesas, orçamentos e créditos públicos. É o segmento que trata do orçamento enquanto instrumento de fixação de limites em relação às receitas e às despesas vigentes em um determinado exercício. Além disso, as normas pertinentes ao direito financeiro definem as formas, as condições e as delimitações, seja para a obtenção da receita quanto para o gasto do dinheiro público.

Já o Direito Tributário é definido como uma espécie do gênero do Direito Financeiro, sendo a área responsável pela regulação das formas estabelecidas para que o estado venha a fazer uso para a obtenção de receita, mais especificamente, a receita tributária. Logo, o Direito Tributário regula as normas estabelecidas para criar, arrecadar e fiscalizar as receitas de natureza tributária. Em outras palavras, tem por objeto específico a disciplina jurídica de uma das origens da receita pública: o tributo.

As normas básicas referentes ao Direito Financeiro e ao Tributário, seja no âmbito nacional e/ou municipal, consta nos incisos I e II do art. 24 da Constituição Federal de 1988, conteúdo que estabelece a competência de legislar concorrentemente sobre o assunto e, respectivamente, no art. 30, especifica competências inerentes, exclusivamente, ao município:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento. (...)

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

2.2 - Princípios Orçamentários

Os princípios orçamentários estabelecem um conjunto de proposições orientadoras, que definem regras básicas para os processos e práticas de elaboração, execução e controle do orçamento público, além de conferir racionalidade, eficiência e transparência a esses processos. Válidos para todos os Poderes e para todos os entes federativos - União, Estados, Distrito Federal e Municípios, são estabelecidos e disciplinados tanto por normas constitucionais e infraconstitucionais quanto pela doutrina. Nesse contexto, este Manual Técnico de Orçamento Municipal contempla os princípios orçamentários cuja existência e aplicação são decorrentes de normas jurídicas.

2.2.1 - Unidade ou Totalidade

De acordo com este princípio, o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento. Ou seja, o município deve elaborar sua própria Lei Orçamentária Anual – LOA, a União, o Estado, O Distrito federal, enfim, cada um deve elaborar a sua própria LOA, como o único documento legal que conterá todas as receitas previstas e despesas fixadas.

Consta no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964, que a “*Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade*”.



2.2.2 - Universalidade

A Lei Orçamentária Anual – LOA deverá incorporar todas as receitas e despesas, ou seja, nenhuma instituição pública deve ficar fora do orçamento (*sendo ela pertencente a qualquer um dos Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público*). Além do mencionado no *caput* do Art. 2º da Lei nº 4.320/1964, este princípio ainda é normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal.

2.2.3 - Anualidade ou Periodicidade

Este princípio estabelece que o orçamento deverá compreender o período de um exercício, correspondente ao ano fiscal (*1º de janeiro a 31 de dezembro*). Em outras palavras, o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. É mencionado no *caput* do art. 2º e art. 34 da Lei Federal nº 4.320/1964.

2.2.4 - Exclusividade

De acordo com o princípio da exclusividade, constante no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, a LOA deverá conter apenas matéria orçamentária ou financeira. “(...) *não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita* (...)” orçamentária, nos termos da lei.

2.2.5 - Orçamento Bruto

O princípio do orçamento bruto, previsto no art. 6º da Lei Federal nº 4.320/1964, preconiza o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções. Isso significa afirmar que todas as parcelas da receita e da despesa devem aparecer no orçamento em seus valores brutos, sem qualquer tipo de dedução. Esse princípio visa impedir a inclusão de valores líquidos ou de saldos resultantes do confronto entre as receitas e as despesas de determinado serviço público.

2.2.6 - Não Vinculação da Receita de Impostos

Esse princípio estabelece que nenhuma parcela da receita geral poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos casos ou a determinado gasto. Ou seja, a receita não pode ter vinculações. Conforme descrito no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal, este princípio veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções previamente estabelecidas. Este princípio ainda está expresso na Constituição Federal, seguinte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Art. 167. São vedados: (...)

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os Arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

3 - RECEITA

3.1 - Introdução

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.374, de 08 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e divulgação do Relatório Contábil-Financeiro, *receitas* são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.

No processo orçamentário é notável a relevância da receita pública, cuja previsão dimensiona a capacidade do governo em fixar a despesa pública e, no momento da sua arrecadação, torna-se instrumento condicionante da execução orçamentária da despesa.

Assim, com a finalidade de atender o interesse público, o governo possui meios de financiar suas atividades por intermédio dos ingressos públicos, como todas as entradas de bens ou direitos nos cofres públicos, enquanto recursos financeiros, que se desdobram em orçamentários – quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário e extra-orçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

3.1.1 - Ingressos Extra-Orçamentários

Recursos financeiros de caráter temporário, que não se incorporam ao patrimônio público, não integrando o orçamento público – LOA. Isto é, são aquelas receitas que não constam do orçamento e correspondem as entradas de recursos em que o Estado tem a obrigação de fazer a devolução, toda e qualquer receita que não constitui renda do Estado.

O Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Podem ser caracterizadas por depósitos em caução, fianças, Operações de Crédito por Antecipação de Receitas

Orçamentárias – ARO, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

3.1.2 - Ingressos Orçamentários

Ainda denominados como receita pública ou receita orçamentária, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias. É caracterizado pela disponibilidade de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e constituem elemento novo para o patrimônio público.

Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, a receita orçamentária é fonte de recursos utilizada, no âmbito municipal, pelo governo local, em programas e ações cuja finalidade principal seja o atendimento às necessidades públicas e demandas da sociedade.

Essas receitas pertencem ao município, integrando o patrimônio do Poder Público, além de aumentar o saldo financeiro e, via de regra, por força do princípio da universalidade, estão previstas na LOA. Nesse sentido, ainda que seja obrigatório o registro da previsão de arrecadação das receitas no orçamento público, a ausência formal desse registro não extingue seu aspecto orçamentário, considerando-se o art. 57 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que prevê a classificação como receita orçamentária de toda aquela receita arrecadada que possa representar ingressos financeiros orçamentários, inclusive a proveniente de operações de crédito.

A essa regra, cabe a exceção: operações de crédito por antecipação da receita orçamentária – ARO, emissões de moeda, outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

3.1.3 - Classificação Doutrinária das Receitas

De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, tem-se estabelecido pela doutrina que as receitas podem ser classificadas em relação à procedência, sendo caracterizadas como DERIVADAS e ORIGINÁRIAS. Esta classificação é amplamente utilizada no meio acadêmico, porém não é normatizada, e, conseqüentemente, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público.

3.1.3.1 - Receitas Públicas Originárias

Arrecadadas pela Administração Pública por meio da exploração de suas atividades econômicas. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (*receita de aluguel*), de tarifas, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.

3.1.3.2 - Receitas Públicas Derivadas

Arrecadadas pela Administração Pública por meio da soberania estatal. Resultam do princípio da legalidade, e, por essa razão, são arrecadações efetivadas com aspecto impositivo, como exemplo as arrecadações de receitas tributárias e contribuições especiais.

3.2 - Classificações da Receita Orçamentária

A classificação das receitas orçamentárias no Município de Alto Rio Novo, tem se estabelecido segundo os seguintes critérios de sua natureza e sua fonte/destinação de recursos. Além da referida normatização constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Alto Rio Novo, ainda está normatizada por portarias da Secretaria do Orçamento Federal – SOF.

3.2.1 - Classificação por Natureza da Receita

De acordo com a Lei Federal nº. 4.320/64, Art. 8º, § 1º e menção constante no art. 11, da mesma Lei, os itens da discriminação da receita serão identificados por números de código decimal, convencionalmente denominado de código de natureza de receita. Esse código classifica a receita de forma a identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador.

O que é FATO GERADOR?

É um acontecimento que ocasiona o ingresso da receita nos cofres públicos. De acordo com o Código Tributário Nacional - CTN, n.º § 1º do art. 113, "a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador". E tem, por objeto, o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, se extinguindo, juntamente, com o crédito dela decorrente.

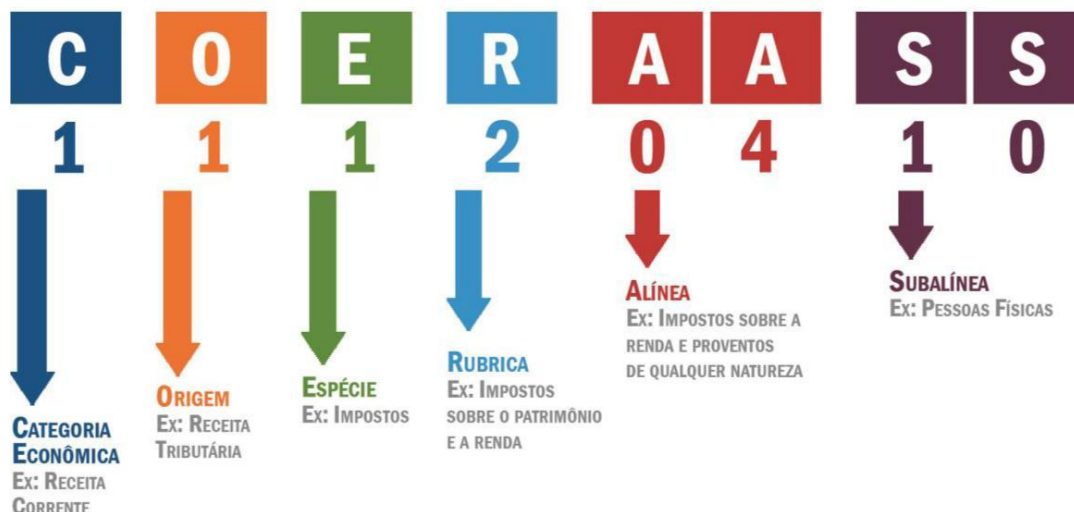
Assim, o fato gerador representa um fato ou conjunto de fatos em que ocorre a legitimação do vínculo de origem da obrigação jurídica de pagar um determinado tributo. Como exemplo, o fato gerador de imposto de renda é auferir renda, obter ganho, acréscimo patrimonial (CTN, art. 43, e seus incisos).

Diante da constante necessidade de atualizar e qualificar a identificação dos ingressos orçamentários nos cofres públicos, a identificação da natureza de receita é classificada por um código numérico composto por 8 (oito) dígitos e subdividido em 6 (seis) níveis.

A compreensão do nível de detalhamento apresenta de forma analítica a natureza da receita, auxiliando na elaboração de análises econômico-financeiras acerca da atual atuação do governo municipal.

Nível Analítico de Detalhamento da Natureza da Receita

Ex: QUANDO O IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA É RECOLHIDO DOS TRABALHADORES, ALOCA-SE A RECEITA PÚBLICA REFERENTE A NATUREZA DO CÓDIGO “1112.04.10”, CONFORME REPRESENTADO A SEGUIR:



3.2.1.1 - Categoria Econômica

A Categoria Econômica classifica as receitas orçamentárias em Receitas Correntes e Receitas de Capital. As Receitas Correntes são aquelas arrecadadas dentro do exercício, são as receitas que aumentam as disponibilidades financeiras do Município, em geral, com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido, e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações correspondentes às políticas públicas. Já as Receitas de Capital aumentam as disponibilidades financeiras do Município, sem provocar efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Receitas de Operações Intra-Orçamentárias

Operações intra-orçamentárias são as operações que resultem de despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

(Fonte: Portaria Interministerial STN/SOF nº 338, de 26 de abril de 2006)

Códigos – Categoria Econômica da Receita Econômica

CÓDIGO	CATEGORIA ECONÔMICA
1	Receitas Correntes
2	Receitas de Capital
7	Receitas Correntes Intra-Orçamentárias
8	Receitas de Capital Intra-Orçamentárias

3.2.1.2 - Origem

A origem refere-se ao detalhamento das categorias econômicas das receitas, seja ela corrente ou de capital, com a finalidade de identificar a origem das receitas no momento em que elas ingressam no Patrimônio Público.

3.2.1.3 - Espécie

A espécie é um nível de classificação vinculado, consequentemente, à origem, ampliando o detalhamento do fato gerador das receitas.

3.2.1.4 - Rubrica

A rubrica detalha a espécie identificando de onde serão remetidos os recursos financeiros, agregando determinadas receitas com caracteres próprios e semelhantes entre si.

3.2.1.5 - Alínea

A alínea identifica o nome específico da receita que recebe o registro pela entrada de recursos financeiros. Esse código é composto por 2 (dois) dígitos.

3.2.1.6 - Sub-Alínea

A sub-alínea representa o nível mais analítico da receita, sendo usado caso precise detalhar a alínea com maior especificidade. Esse código também é composto por 2 (dois) dígitos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Representação numérica e conceitual dos diferentes atributos da Receita Orçamentária aplicáveis ao Município de Alto Rio Novo

1º Dígito	CATEGORIA ECONÔMICA
1000	Receita Corrente
2000	Receita de Capital
2º Dígito	ORIGEM
1100	Receita Tributária : arrecada impostos, taxas e contribuições de melhoria
1200	Receita de Contribuições : contribuições do tipo social e econômicas
1300	Receita Patrimonial : oriunda da exploração econômica do patrimônio
1600	Receita de Serviços : decorre de atividades de comércio, transporte, comunicação, serviços hospitalares, armazenagem, recreativos, culturais, etc. [Remunerados mediante preço público.]
1700	Transferências Correntes : receitas financeiras recebidas de outras pessoas físicas ou jurídicas, sem implicar em contraprestação direta em bens ou serviços a quem efetuou a transferência – atende despesas de manutenção ou funcionamento
1900	Outras Receitas Correntes : diversas receitas correntes que não se enquadram às demais classificações – multa, juros de mora, indenizações, restituições, receitas da dívida ativa etc.
2100	Operações de Crédito : oriundos de títulos públicos ou de empréstimos para financiar investimentos
2200	Alienação de Bens : resultado de vendas de bens patrimoniais
2300	Amortização de Empréstimos : é o ingresso referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos
2400	Transferências de Capital : receitas financeiras recebidas de outras pessoas físicas ou jurídicas, independem de contraprestação direta em bens ou serviços a quem efetuou a transferência – atende despesas de investimentos ou inversões financeiras.
3º Dígito	ESPÉCIE [exemplo]
1110	<i>Impostos</i>
1120	<i>Taxas</i>
1310	<i>Receitas Imobiliárias</i>
1910	<i>Multas e Juros de Mora, etc.</i>
4º Dígito	RUBRICA [exemplo]
1112	<i>Imposto sobre o Patrimônio e a Renda</i>
5º/6º Dígitos	ALÍNEA [exemplo]
1112.04	<i>Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza</i>
7º/8º Dígitos	SUB-ALÍNEA [exemplo]
1112.04.34	<i>Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos</i>

3.2.2 - Classificação por Fonte/Destinação de Recursos

Já foi mencionado aqui que a classificação por natureza da receita identifica a origem do recurso, segundo seu fato gerador. Contudo, é necessário classificar a receita de acordo com a destinação legal dos recursos arrecadados.

A classificação por fonte tem como função primordial a integração receita e despesa. Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de fonte/destinação de recursos exerce duplo papel no processo orçamentário: na receita, indica o destino de recursos para o financiamento de determinadas despesas; na despesa, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Composição dos Códigos – Fonte/Destinação de Recursos

1º Dígito	2º e 3º Dígitos
Grupo da Fonte de Recurso	Especificação da Fonte de Recurso

A classificação por fonte identifica tanto a origem de financiamento do gasto público quanto a sua destinação, podendo ser agrupadas como vinculadas (ingressos de recursos decorrentes de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos) ou não-vinculadas (também definidas como ordinárias – resultante do processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, inerentes às competências de atuação do órgão ou entidade).

Códigos – Grupos de Fontes da Receita Econômica, conforme **LOA/2014**

CÓDIGO	GRUPOS DE FONTES
1	Recursos do Exercício Corrente
2	Recursos de Exercícios Anteriores

A classificação por fonte/destinação de recursos caracterizam a origem ou a procedência dos recursos que deverão ser gastos com uma determinada finalidade. É preciso, no entanto, particularizar esses recursos de forma a evidenciar sua aplicação segundo a determinação legal. Atualmente, esta classificação é composta por três dígitos, sendo que o primeiro caracteriza o seu agrupamento enquanto fonte de recurso e o segundo e 3º dígitos individualizam esses recursos evidenciando a sua respectiva aplicação, conforme determinação legal.

Exemplos de Fontes/Destinação de Recursos

Exemplos de Fontes/Destinação de Recursos

1º Dígito (Grupo da Fonte)	2º e 3º Dígitos (Especificação da Fonte)	FONTE
1 – Recursos do Exercício Corrente	00 – Recursos Ordinários	100
2 – Recursos de Exercícios Anteriores	12 – Serviços de Saúde	212
1 – Recursos do Exercício Corrente	92 – Alienação de Bens	192
2 – Recursos de Exercícios Anteriores	19 – Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	219

O processo orçamentário contempla a classificação da receita orçamentária em duas etapas:

- ✓ Planejamento
- ✓ Execução

Esta classificação segue a ordem sistemática de ocorrência do processo orçamentário no Município de Alto Rio Novo, em acordo com a legislação vigente. Sendo que tem início na previsão e término no recolhimento.

Etapas da Receita Orçamentária



Exceção às Etapas da Receita

Nem todas as etapas citadas se aplicam a todos os tipos de receitas orçamentárias. É o que ocorre em casos de arrecadação de receitas não previstas e também que não foram lançadas, a exemplo de doações em espécie recebida pelo ente público.

3.3.1 Planejamento

De acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA, esta etapa contempla a previsão de arrecadação da receita orçamentária, que resulta no encontro de métodos de projeção geralmente adotados, em observação às disposições constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

3.3.1.1 - Previsão:

Implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que irão constar na proposta orçamentária, conforme regulamentação constante na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do Índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

No âmbito municipal, o estabelecimento da projeção de receitas é baseado no comportamento da arrecadação de determinada receita em exercícios anteriores, de forma que possa fazer a projeção para o período seguinte, com o auxílio de ferramentas estatísticas e matemáticas. Para isso, é preciso considerar a evolução de acordo com o histórico de arrecadação e com as informações, atualizadas, fornecidas pelas unidades administrativas.

3.3.2 - Execução

Compõe a execução da receita orçamentária pública, as seguintes etapas: lançamento, arrecadação e recolhimento.

3.3.2.1 - Lançamento:

Segundo o art. 53 da Lei Federal nº. 4.320/1964, fica definido como lançamento o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora, e inscreve o débito desta. O Código Tributário Nacional - CTN, em seu art. 142, aponta o lançamento como o procedimento administrativo que irá verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, caso se aplique, irá propor a aplicação da penalidade cabível.

Em situação de ocorrência do fato gerador, deve-se proceder ao registro contábil do crédito tributário em favor da fazenda pública em contrapartida a uma variação patrimonial aumentativa.

Contexto dos Lançamentos

Segundo o disposto nos arts. 142 à 150 do CTN, a etapa de lançamentos se aplica à constituição de crédito tributário, ou seja, se aplica a impostos, taxas e contribuições de melhoria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Além disso, conforme o Art. 52 da Lei nº 4.320/1964, ainda se aplicam aos lançamentos as rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

3.3.2.2 Arrecadação

Conforme o Art. 35 da Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas. A arrecadação deve ser definida como a etapa da entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

3.3.2.3 Recolhimento:

O Art. 56 da Lei nº 4.320/1964, define que todas as receitas deverão observar o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa, representando o controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente, como restrição a qualquer ato de fragmentação em prol da criação de caixas especiais. Assim, nos municípios, o recolhimento é caracterizado como a etapa de transferência dos valores que são arrecadadas à conta específica da Secretaria de Fazenda, enquanto unidade responsável pela administração e controle da arrecadação e da programação financeira.

3.4 Noções Básicas Sobre Tributos

Principal fonte de recursos próprios do Governo Municipal, tributos são origens de receita orçamentária corrente, derivadas de impostos, taxas e contribuições. Ressalta-se que os tributos podem originar tanto Receitas Tributárias e quanto Receitas de Contribuições, em atendimento à finalidade de obtenção de recursos financeiros para que o Município venha a custear as atividades que lhe são correlatas.

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.” (BRASIL, 1966 - CTN)

3.4.1 Impostos

De acordo com o art. 16 do CTN Impostos são espécies tributárias cuja obrigação tem, devido ao fato gerador, uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, em relação ao contribuinte.

3.4.2 Taxas

O Art. 77 do CTN apresenta a definição e aplicação das taxas no âmbito municipal, sendo:

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Sujeita ao princípio constitucional da reserva legal e, sob a visão do orçamento, pode ser classificada de duas maneiras, como: Taxa de Fiscalização (ou de Poder de Polícia) e Taxa de Serviço.

A Taxa de Fiscalização (ou de Poder de Polícia): tem como fato gerador o poder disciplinador, poder de polícia, por meio do qual o Município adquire o direito de intervir em determinadas atividades, em garantia à ordem e à segurança. Exemplo:

- Taxa de Fiscalização da Vigilância Sanitária
- Taxa de Licença para Execução de Obras

A Taxa de Serviço Público: tem como fato gerador a utilização de determinados serviços públicos, nos aspectos formal e material. Assim, o serviço é definido como público, desde que estabelecido em lei, e prestado pela Administração Pública, sob o regime de direito público, de forma direta ou indireta.

Como receita derivada, caracteriza-se por sua relação jurídica de verticalidade, quando o Município atua com supremacia sobre o particular. No art. 77 do CTN, tem-se definido que o serviço público precisa ser específico e divisível, prestados ao contribuinte, ou colocados à sua disposição. Exemplo:

- Taxa de Serviço de Esgoto
- Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Diferença entre Taxa e Preço Público

<i>Taxa</i>	<i>Preço Público</i>
<i>“Vontade legal” – TRIBUTO</i>	<i>Livre encontro das vontades – CONTRATO</i>
<i>Compulsoriedade</i>	<i>Facultatividade</i>
<i>Existência com a simples disponibilidade do serviço, somente pode ser desfeita por vontade legal</i>	<i>Ocorrde de forma direta ou por delegação (concessão ou permissão - sempre há possibilidade do desfazimento do pactuado)</i>
<i>Regido por normas de direito público</i>	<i>Regido por normas de direito privado, em conjunto às normas de direito administrativo</i>
<i>Decorrente do jus imperii – Município age como ente soberano</i>	<i>Decorrente do jus gestionis – Município procede com o direito de gestão</i>
<i>Objetiva a remuneração de serviços próprios como: fisco, justiça, saúde pública.</i>	<i>OBJETIVO: remunerar atividades estatais delegáveis, ou serviços públicos impróprios</i>

3.4.3 Contribuição de Melhoria

Tem como fato gerador a valorização mobiliária decorrente de obras públicas, desde que exista uma relação estabelecida entre a melhoria ocorrida em consequência da realização da obra pública. Vale frisar como o limite total a despesa e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, aponta o Art. 81 do CTN. Exemplo:

- Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Água Potável e Esgotamento Sanitário

3.4.4 Outras Contribuições



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Caracteriza-se pelo ingresso de outras contribuições, senão a de contribuição de melhoria (constituída como receita tributária), como instrumento de intervenção nas áreas em que se aplicar. Podem ser da espécie de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico, de interesse das categorias profissionais ou econômicas, ou ainda contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública. Vale detalhar a origem de receita derivada de contribuições que se aplica ao município.

3.4.4.1 Contribuição para o Custeio de Serviço de Iluminação Pública

Regulamentada na Constituição Federal, art.149-A e posteriormente no Município de Alto Rio Novo, objetiva realizar o custeio do serviço de iluminação pública.

4 DESPESA

4.1 Estrutura da Programação Orçamentária

A estrutura do orçamento exige a compreensão de sua base e de sua constituição, pois para que seja implementado é preciso que componha um sistema de classificação organizado. Focado no atendimento das necessidades de informação originadas de todas as partes interessadas, esse sistema objetiva atender questões inerentes às finanças públicas, como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral.

Atualmente, as programações do orçamento público estão estruturadas em *programas de trabalho*, contendo informações qualitativas e quantitativas, sejam elas de ordem física ou financeira.

A programação qualitativa define as classificações do *programa de trabalho* inerentes a caracterização operacional, do ato de orçar, composto por:

- Classificação por Esfera;
- Classificação Institucional;
- Classificação Funcional;
- Estrutura Programática (*com principais informações referentes ao Programa e à Ação*).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Programação Qualitativa

BLOCOS DA ESTRUTURA	ITEM DA ESTRUTURA	PERGUNTA A SER RESPONDIDA
Classificação por Esfera	Esfera Orçamentária	Em qual orçamento?
Classificação Institucional	Órgão Unidade Orçamentária	Quem é o responsável por fazer?
Classificação Funcional	Função Subfunção	Em que áreas de despesa a ação governamental será realizada?
Estrutura Programática	Programa	Qual a área temática-estrutural da política?
Informações Principais do Programa	Objetivo	O que se pretende alcançar com a implementação da Política Pública?

BLOCOS DA ESTRUTURA	ITEM DA ESTRUTURA	PERGUNTA A SER RESPONDIDA
Informações Principais da Ação	Ação	O que será desenvolvido para alcançar o objetivo do programa?
	Finalidade	O que é feito, para quem e para que é feito?
	Produto	O que será produzido ou qual o serviço será prestado?
	Unidade de Medida	Como é mensurado?
	Indicadores	O que aponta a efetividade da ação?
	Metas	Onde se quer chegar? Qual o resultado esperado?
	Detalhamento da Implementação	Qual o tipo de recurso irá viabilizar a implantação?

Já a programação quantitativa possui duas dimensões

1 - Dimensão Física: caracteriza a quantidade de bens e serviços a serem entregues;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

2 - Dimensão Financeira: caracteriza a estimativa do montante necessário para que se possa desenvolver a ação do orçamento conforme sua classificação:

- Natureza da Despesa;
- Fonte de Recursos/Código de Aplicação;
- Crédito Orçamentário.

Programação Quantitativa – Dimensões Física e Financeira

DIMENSÃO	ITEM DA ESTRUTURA	PERGUNTA A SER RESPONDIDA
Física	Meta Física	Quanto será entregue?
Financeira	Natureza da Despesa	
	Categoria Econômica da Despesa	Qual o efeito econômico da realização da despesa?
	Grupo de Natureza da Despesa	A despesa será realizada em qual classe de gasto?
	Modalidade de aplicação	Qual a forma de aplicação dos recursos?
	Elemento de Despesa	Quais os insumos que se pretende utilizar ou adquirir?

DIMENSÃO	ITEM DA ESTRUTURA	PERGUNTA A SER RESPONDIDA
Financeira	Fonte de Recursos/Código de Aplicação	Para a realização da despesa, qual a origem dos recursos?
	Crédito Orçamentário	Qual o montante de recursos alocado?



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Estrutura da Programação Orçamentária - Exemplo com Código Aplicado

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:				
		18.02.12.541.2702.2391	3.3.90.30.00	100 010000
QUALITATIVA	Classificação Institucional	ÓRGÃO: <i>Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade</i>	18	
		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: <i>Fundo Municipal de Meio Ambiente</i>	02	
	Classificação Funcional	FUNÇÃO: <i>Educação</i>	12	
		SUBFUNÇÃO: <i>Preservação e Conservação Ambiental</i>	541	
	Classificação Programática	PROGRAMA: <i>Licenciamento de Qualidade Ambiental</i>	2702	
		AÇÃO: <i>Programa de Educação Ambiental</i>	2391	
QUANTITATIVA	NATUREZA DA DESPESA: CATEGORIA ECONÔMICA- <i>Outras Despesas Correntes (3.3)</i> ; MODALIDADE DE APLICAÇÃO- <i>Aplicação Direta (90)</i> ; TIPO: <i>Material de Consumo (30)</i>		3.3.90.30.00	
	FONTE DE RECURSOS: <i>Recurso Ordinário ou Livre</i>			100
	CÓDIGO DE APLICAÇÃO: <i>Recurso Ordinário</i>			010000

4.2 Classificação Institucional da Despesa

A classificação institucional é a primeira classe de definição da dotação orçamentária. Define a estrutura institucional da despesa, os responsáveis institucionais pela execução da ação. Classifica as bases organizacional e administrativa em dois níveis, respectivamente, sendo os dois primeiros representantes do *órgão orçamentário*, os dois últimos dígitos representantes da *unidade orçamentária*, ilustrados a seguir.

Exemplo de Classificação Institucional da Despesa Orçamentária



Exceções:

A exemplo da Reserva de Contingência, é importante destacar que uma unidade orçamentária não se limita a uma estrutura administrativa.

4.3 Classificação Funcional

Responsável por identificar a área de ação na qual a despesa será realizada, a classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em *funções* e *subfunções*. Sua principal finalidade é a de delimitar a aplicação da despesa.

A classificação funcional estabelecida à época pelo Ministério do Orçamento e Gestão - MOG, por meio da Portaria nº 42/1999, estabelece alguns conceitos orçamentários, além de dar outras providências. Esta portaria define, de forma prefixada, um rol de funções e subfunções, como agregadores dos gastos públicos por área de ação governamental nos três níveis de Governo. Por se tratar de uma aplicação comum e obrigatória, nas três esferas de governo, ao ser definida como uma classificação independente dos programas, a classificação funcional permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

Como função deve-se entender o maior nível de agregação de diversas áreas de despesas que competem ao setor público. Já a subfunção representa uma partição da função, que visa agregar um determinado subconjunto de despesa do setor público, além de identificar a natureza básica das ações que podem se aglutinar em torno das funções. Destaca-se que uma subfunção pode ser combinada com uma função diferente daquela a qual esteja vinculada.

É representada por cinco dígitos, sendo que os dois primeiros se referem à função e os três últimos à subfunção.

Exemplo de Classificação Funcional da Despesa Orçamentária



4.4 Estrutura Programática

Todas as ações governamentais precisam estar estruturadas em programas orientados para a execução dos objetivos estratégicos definidos para o período de quatro anos, o período do Plano Plurianual - PPA, ou seja, quatro anos.

Segundo o MOG, por meio da Portaria nº 42/1999, cabe ao município o estabelecimento, via ato próprio, de suas estruturas de programas, códigos e identificação, desde que em acordo com os conceitos e determinações referentes. Assim, o Município de Alto Rio Novo tem seu trabalho organizado por diretrizes, programas e ações, de forma que os novos conceitos implementados em cada uma das categorias da estrutura programática (*diretrizes, tipos de programas, estruturadores, ações*), pertencentes ao Plano Plurianual Trabalho.

É importante mencionar que o nível da estrutura programática é o nível de convergência entre as estruturas do Plano Plurianual e o orçamento anual, exercendo um papel de comum integrador. No aspecto de estruturas, o plano termina no programa e o orçamento começa no programa, característica que confere aos documentos uma integração desde a origem, sem precisar que se busque o ponto de compatibilidade entre diferentes peças orçamentárias. Destarte, o programa age como único integrador, e as ações vêm a ser o instrumento de realização dos programas, sendo às definidas no PPA.

Esta estrutura é representada por 8 (oito) dígitos, sendo que os quatro primeiros se referem ao programa e os quatro últimos à ação.

Classificação Programática da Despesa Orçamentária



4.4.1 - Programa

É o instrumento que organiza a atuação governamental, que articula uma série de ações para encontro de um objetivo de governo (macro), comum e já definidos, rumo ao encontro de uma solução que atenda um determinado problema ou a um atendimento específico de uma necessidade ou demanda social.

O PPA do Município de Alto Rio Novo está organizado a partir da dimensão estratégica, com seus quatro macro-programas, que foram construídos a partir do estabelecimento da missão, visão de futuro, valores e macrodesafios da gestão, para os casos em que se aplica. Foi subdividido em estruturas (*com as diretrizes de governo, quando se aplica*).

Estas foram organizadas em programas, a partir dos quais são relacionadas as ações sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, com as previsões de metas físicas e financeiras, distribuídas ao longo dos quatro anos (2014-2017). Consta nesse planejamento estratégico municipal um rol de indicadores, para melhor acompanhamento da efetividade e mensuração da ação proposta. A cada projeto ou atividade só poderá estar associado um produto, que, ao ser quantificado por sua unidade de medida, fundamenta a meta.

Em consonância, o orçamento anual do Município de Alto Rio Novo está organizado a partir dos programas, enquadrando as ações sob os mesmos aspectos contemplados no PPA (sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, com os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação). Diferencia pelo detalhamento de elementos da dimensão financeira, onde se faz a previsão categórica e tipificada dos gastos.

4.4.2 - Ação

Em cada uma de suas áreas de atuação, os programas são desdobrados em atividade, projeto e operações especiais.

São definidas como as ações as formas de operações que geram como resultados produtos, sob a forma de bens ou serviços, que contribuem para o alcance de uma finalidade estabelecida para alcance através dos programas. Devem ser inclusas a essa definição, as transferências obrigatórias (ou voluntárias) a outras entidades com vínculo estabelecido junto ao município, assim como a pessoas físicas e jurídicas, através de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros.

As ações são caracterizadas como:

Atividade: envolve um conjunto de operações que são realizadas de forma contínua e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção do governo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Projeto: envolve um conjunto de operações limitadas no tempo, com princípio e fim definidos, de forma a resultar em um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental.

Operações Especiais: As despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, que não resultam em um produto, não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, são classificadas como operações especiais.

Operações Especiais:

As operações especiais se caracterizam por não retratar a atividade produtiva no âmbito municipal, podendo, no entanto, ter relevante contribuição na produção de bens ou serviços prestados à sociedade, caso seja resultante da transferência a outros entes vinculados.

Na base de ações contempladas no plano e orçamento anual do Município o tipo da ação é identificado pelo primeiro dígito.

Identificador do Tipo da Ação

1º Dígito	TIPO
1	Projeto
2	Atividade
6	Operação Especial

4.4.2.1 - Atributos das Ações Orçamentárias

Caracterizam as propriedades constituintes das ações orçamentárias, os seguintes componentes:

Código da Ação: classifica e enumera, conforme o tipo de ação (1º dígito – projeto, atividade ou operação especial), atua como o identificador. *Comum a LOA e PPA.*

Título: *identifica a ação orçamentária; expressa, em linguagem clara, o objeto da ação. Comum a LOA e PPA.*

Finalidade: *define o que é e para que, efetivamente, deverá ser a ação. Consta apenas no PPA. Comum a LOA e PPA.*

Produto: Bem ou serviço que resulta da ação; cada ação deve ter apenas um produto. *Consta apenas no PPA.*

Unidade de Medida: Padrão selecionado para mensurar a produção do bem ou serviço. *Consta apenas no PPA.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Unidade Responsável: Definida entre o Órgão e a Unidade Orçamentária. Considerando-se que alguns órgãos têm mais de uma unidade orçamentária, este item deve ser bem observado para definição do responsável pela execução orçamentária.

Algumas ações são comuns a diversos órgãos, tendo então características comuns (como Finalidade, Produto, Unidade de Medida), mas, de acordo com a Unidade Responsável, tem estabelecido metas diferenciadas, pois sua aplicação varia de uma unidade a outra. É o nível que separa as ações multisetoriais com a consequente definição de unidades orçamentárias responsáveis. Comum a LOA e PPA.

Indicadores: Atributo definido com a finalidade de apontar o *grau de efetividade* da ação. Possui informações para composição do indicador, como descrição (*o que é, qual é o indicador*), fórmula de cálculo (*como ele será mensurado*), unidade de medida (*pode ser diferente da unidade de medida da ação*), índices (*com a informação do índice atual, com respectiva data de apuração, e, em seguida, com o índice almejado com a efetiva realização da ação*). Uma ação pode ter quantos indicadores forem necessários. *Consta apenas no PPA.*

Quadro de Metas: Definição de informações de ordem física e financeira, com a identificação, por vezes, de uma ou mais atividades que irão compor a ação. Classificação de metas distribuídas ao longo de cada um dos quatro anos do plano, com respectiva quantificação, previsão de custos alocados por fonte de recursos livres ou vinculados.

Esse quadro permite a identificação da previsão de início e término das ações, com a perspectiva de duração do projeto. Compõe as informações necessárias para o acompanhamento orçamentário, no caráter da ação e programa, âmbito estratégico-gerecncial. Consta apenas no PPA.

Identificação das Metas

AÇÃO: 1226 - REFORMA/RESTAURAÇÃO DE PRÉDIOS PRÓPRIOS CULTURAIS

FINALIDADE: PRESERVAR A MEMÓRIA LOCAL E RECONHECER A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DO MUNICÍPIO, POR MEIO DA CONSERVAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS.

PRODUTO: PRÉDIOS PRÓPRIOS CULT.REFORM/RESTAURADOS

UNIDADE DE MEDIDA: UNIDADE

ORGÃO: 16 - SEC MUN DE OBRAS PÚBL, INFRAEST E POLÍTICAS URBANAS

UNIDADE: 1 - SEC MUN DE OBRAS PÚBLICAS, INFRAEST E POL URBANAS

FUNÇÃO: 13 - CULTURA

SUB-FUNÇÃO: 392 - DIFUSÃO CULTURAL

INDICADORES					
INDICADOR			ÍNDICES		
DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNI MEDIDA	ATUAL	DATA	DESEJADO

4.5 Componentes da Programação Física e Financeira

4.5.1- Programação Física – Meta Física

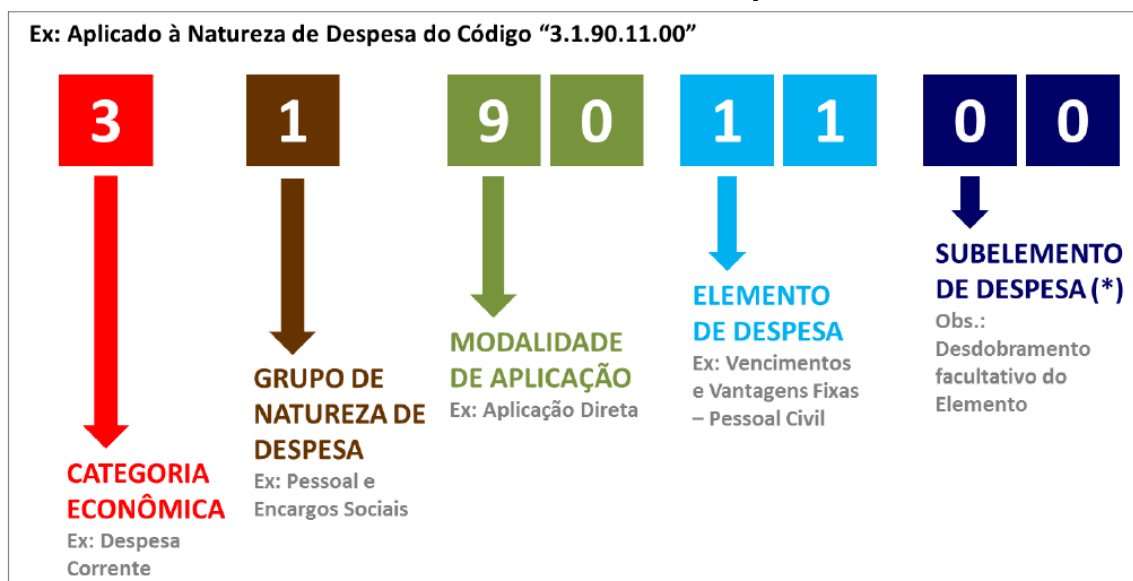
Meta Física é o que define a quantificação do produto ou serviço a ser ofertado por ação, constituído sob a forma de projeto, atividade ou operação especial, em um determinado período, ao longo de cada um dos quatro anos do exercício financeiro.

4.5.2 - Componentes da Programação Financeira

4.5.2.1 - Natureza da Despesa

De acordo com o art. 8º da Federal Lei nº. 4.320/64, os itens da discriminação da despesa serão identificados por números de código decimal, convencionalmente denominado de natureza da despesa. Nos artigos 12 e 13 constam a informação de que a classificação da despesa se dá por Categoria Econômica e por Elementos, *(inclui-se aqui o grupo a que pertence, assim como a respectiva modalidade de aplicação)*.

Nível Analítico de Detalhamento da Natureza da Despesa



4.5.2.2 - Categoria Econômica

A estrutura da despesa tem início na Categoria Econômica, onde se classifica a despesa orçamentária em duas categorias, sendo: Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Classificação Econômica da Despesa Orçamentária

CÓDIGO	CATEGORIA ECONÔMICA
3	Despesas Correntes
4	Despesas de Capital

Caracterizam-se como despesas correntes aquelas que não contribuem, de forma direta, para a formação ou aquisição de um bem ou capital. Subdivide-se em três grupos de natureza de despesa:

- Pessoal e Encargos Sociais;
- Juros e Encargos da Dívida;
- Outras Despesas Correntes.

Em contraponto, caracterizam-se como despesas de capital, aquelas que contribuem, de forma direta, para a formação ou aquisição de um bem ou capital. Também se subdivide em três grupos de natureza de despesa, porém diferentes dos grupos das despesas correntes, sendo:

- Investimentos;
- Inversões Financeiras;
- Amortizações da Dívida.

4.5.2.2.1 - Grupo de Natureza da Despesa

Caracteriza-se como um conjunto de informações responsável pela agregação dos elementos de despesa que evidenciam os mesmos aspectos relativos ao objeto de gastos. Consiste da decomposição da despesa em algumas categorias básicas, em que estes grupos são resultantes de combinações de algumas características econômicas e alguns elementos de despesa.

A partir da vigência da Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre a LRF, em suas menções contempladas no art. 52, dentre outros, fica determinado que a apresentação de demonstrativos periódicos, na forma estabelecida, a qual acerca a prestação de contas dos recursos transferidos a outros entes (*ou entidades*), através da emissão de relatórios padronizados, assim como por meio de um planejamento mais efetivo, principalmente por ser quem repassa o recurso.

Códigos e Definições da Classificação por Grupo de Natureza das Despesas

CÓDIGO	GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA
1	Pessoal e Encargos Sociais
2	Juros e Encargos da Dívida
3	Outras Despesas Correntes
4	Investimentos
5	Inversões financeiras



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

6	Amortização da Dívida
---	-----------------------

1 - Pessoal e Encargos Sociais Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar Nº. 101, de 2000.

2 - Juros e Encargos da Dívida Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

3 - Outras Despesas Correntes Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

4 - Investimentos Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

5 - Inversões Financeiras Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

6 - Amortização da Dívida Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

4.5.2.2.2 - Modalidade de Aplicação

Esta característica define se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou outras entidades, da mesma esfera de governo, ou se são aplicados mediante transferência financeira a outro ente, integrante ou não do orçamento. O foco principal se dá em virtude da extinção da possibilidade de dupla contagem dos recursos a serem transferidos ou descentralizados.

A modalidade de aplicação indica se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outros níveis de Governo, seus órgãos ou entidades, ou diretamente para entidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou, então, diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

A modalidade de aplicação objetiva, principalmente, eliminar a dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados, conforme discriminado a seguir:

CÓDIGO	MODALIDADES DE APLICAÇÃO
20	Transferências à União
22	Execução Orçamentária Delegada à União
30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal
31	Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo
32	Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal
35	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1o e 2o do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012
36	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012
40	Transferências a Municípios
41	Transferências a Municípios - Fundo a Fundo
42	Execução Orçamentária Delegada a Municípios
45	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1o e 2o do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012
46	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012
50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
60	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos
67	Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP
70	Transferências a Instituições Multigovernamentais
71	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio
72	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
73	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1o e 2o do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012
74	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012
75	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1o e 2o do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012
76	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012
80	Transferências ao Exterior
90	Aplicações Diretas
91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
93	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe
94	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

	Público do qual o Ente Não Participe
95	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1o e 2o do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012
96	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012
99	A Definir

4.5.2.2.3 - Elemento de Despesa

Os códigos do elemento de despesa tem por objetivo a identificação dos objetos de gasto (*a exemplo dos vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a Administração Pública utiliza para o alcance de suas finalidades*).

Os códigos dos elementos de despesa estão definidos no Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001, o conteúdo e a forma das descrições dos elementos de despesa foram mantidos tal como constam do texto da Portaria Interministerial STN/SOF no 163, de 4 de maio de 2001. A descrição dos elementos pode não contemplar todas as despesas a eles inerentes, sendo, em alguns casos, exemplificativa. A relação dos elementos de despesa é apresentada a seguir:

Elementos da Despesa

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares
3	Pensões do RPPS e do militar
4	Contratação por Tempo Determinado
5	Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar
6	Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso
7	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência
8	Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
9	Salário-Família ¹⁸
10	Seguro Desemprego e Abono Salarial
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ¹⁹
12	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar
13	Obrigações Patronais
14	Diárias - Civil
15	Diárias - Militar
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
17	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar
18	Auxílio Financeiro a Estudantes
19	Auxílio-Fardamento
20	Auxílio Financeiro a Pesquisadores
21	Juros sobre a Dívida por Contrato
22	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato
23	Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária
24	Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária
25	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita
26	Obrigações decorrentes de Política Monetária



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

27	Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares
28	Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos
29	Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes
30	Material de Consumo
31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
33	Passagens e Despesas com Locomoção
34	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
35	Serviços de Consultoria
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
37	Locação de Mão-de-obra
38	Arrendamento Mercantil
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
41	Contribuições
42	Auxílios
43	Subvenções Sociais
45	Subvenções Econômicas
46	Auxílio-Alimentação
47	Obrigações Tributárias e Contributivas
48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
49	Auxílio-Transporte
51	Obras e Instalações
52	Equipamentos e Material Permanente
53	Aposentadorias do RGPS - Área Rural
54	Aposentadorias do RGPS - Área Urbana
55	Pensões do RGPS - Área Rural
56	Pensões do RGPS - Área Urbana
57	Outros Benefícios do RGPS - Área Rural
58	Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana
59	Pensões Especiais
61	Aquisição de Imóveis
62	Aquisição de Produtos para Revenda
63	Aquisição de Títulos de Crédito
64	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado
65	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas
66	Concessão de Empréstimos e Financiamentos
67	Depósitos Compulsórios
70	Rateio pela Participação em Consórcio Público
71	Principal da Dívida Contratual Resgatado
72	Principal da Dívida Mobiliária Resgatado
73	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada
74	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada
75	Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação de Receita
76	Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado
77	Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado
81	Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas
82	Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado Decorrente de Contrato de Parceria Público -Privada
83	Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantidor
84	Despesas Decorrentes da Participação em Fundos, Organismos, ou Entidades Assemelhadas, Nacionais e Internacionais
91	Sentenças Judiciais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

92	Despesas de Exercícios Anteriores
93	Indenizações e Restituições
94	Indenizações e Restituições Trabalhistas
95	Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo
96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
97	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS
98	Compensações ao RGPS
99	A Classificar

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Conceito de Execução Orçamentária

Mediante a elaboração orçamentária, estima-se a receita e fixa-se a despesa para um exercício específico. Feito a orçamentação através de estudo e aprovação, a Lei Orçamentária Anual - LOA permite que os recursos nela previstos sejam aplicados com vistas ao alcance dos objetivos e metas definidos na fase de programação. Logo, a Execução do Orçamento passa a vigorar com realização do planejamento público expresso na LOA, LDO, PPA e Anexo de Metas e Riscos Fiscais definidos na LC 101/2000.

A execução orçamentária poderá processar-se mediante descentralização de créditos orçamentários que ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento para outras unidades administrativas executar a despesa. Lembrando que ela tem formalidades legais que devem ser seguidas a fim de que a execução seja legalmente aceita, pois com o dinheiro público, o prejuízo recai sobre toda a sociedade, por isso a legislação estabelece todo o ordenamento a ser cumprido.

Os valores estipulados e definidos na LOA não poderão sofrer alterações, a não ser através de decretos ou leis específicas de créditos suplementares ou especiais. A principal regra da lei orçamentária é autorizar gastos pelo ordenador de despesa até o valor montante que foi anteriormente autorizado na LOA.

Outro fato importante a ser destacado é que a Contabilidade Pública só se pode fazer ou realizar aquilo que está previsto em lei. Por isso a existência da LOA, pois é ela que autoriza diversos tipos de despesas a diversos órgãos e/ou secretarias da administração pública.

A Lei Orçamentária é realizada e organizada em forma dos chamados créditos orçamentários, sob a forma de dotações orçamentárias (codificações contábeis), para atender aos programas elaborados.

5.2 - Receita Arrecadada e a Meta Bimestral de Arrecadação

O art. 13 da lei Complementar nº. 101/2000 e algumas regulamentações de alguns tribunais de contas determinam que as receitas previstas sejam desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação em até 30 dias após a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

publicação do orçamento, sendo assim haverá a possibilidade de comparação entre a receita arrecadada e a meta bimestral de arrecadação. O objetivo maior desse demonstrativo é fornecer informações sobre o planejamento orçamentário e sua execução.

5.3 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso e Programação Financeira

O cronograma tem o objetivo principal de planejar o fluxo de caixa da instituição pública para prevenir déficits financeiros, sendo que ele deverá ser publicado em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária. Para que esse documento seja funcional e tenha efetividade, é necessário realizar um fluxo de caixa, utilizando-se de controles, como exemplo ordens de serviços, requisições de materiais, etc.

Ao se verificar no final de cada bimestre que a realização da receita não comportar o cumprimento das metas, ocorrerá a limitação de empenho e movimentação financeira que deverá ser devidamente comprovada por ato público. O não cumprimento ocasionará implicações jurídicas.

5.4 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária é regulamentado por lei e refere-se sempre ao último bimestre do exercício. O descumprimento da publicação do mesmo sujeita o ente ao não recebimento de transferências voluntárias e também o impede de contratar operações de crédito.

Esse documento é importante e trabalhoso, pois ele permite a maior parte dos controles previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e dá um amplo conjunto de informações ao Executivo, ao Legislativo e a sociedade.

5.5 - Relatório de Gestão Fiscal

Por ser um relatório consolidado, ele deve ser elaborado e publicado pelo Poder Executivo, porém também com dados do Poder Legislativo. É um documento quadrimestral e deve ser publicado até 30 dias após o final de cada período, devendo haver um ato normativo que defina a opção do município por este período.

5.6 - Créditos do Orçamento

Os créditos orçamentários são codificações que identificam a finalidade completa do desembolso dos recursos públicos e possuem valores estipulados para a execução orçamentária anual. Já os créditos adicionais são ajustes orçamentários usados para correções ou distorções que irão surgindo durante a execução, pois enquanto algumas programações apresentam excesso de disponibilidade, outras apresentam insuficiência de recursos e, ainda, quando não existem especificações de projeto ou

atividade. Este último fato poderá acontecer durante a execução do orçamento anual do governo situações que não foram previstas na lei.

5.6.1 - Créditos Suplementares

Na abertura da Lei Orçamentária, é previsto um limite em percentual ou valor autorizado, que não poderá ser ultrapassado, para suplementações de créditos. Essas suplementações visam completar ou reforçar despesas não previstas originalmente ou que foram insuficientes, além de serem autorizadas por lei e abertas por Decretos do Chefe do Poder Executivo, com obrigatória indicação de recursos que viabilizam os créditos.

O pedido de abertura resulta da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e deverá ser acompanhado de justificativa, não podendo deixar de lembrar que a lei orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares até determinado limite.

5.6.2 - Créditos Especiais

Os créditos especiais são destinados a despesas para as quais inexistia dotação específica, ou seja, para criação de programações não existentes. São autorizados por lei específica e abertos por Decretos do Chefe do Poder Executivo, além da indicação de recursos. De acordo com a legislação, sua vigência é para o exercício financeiro, mas, se for aberto nos últimos quatro meses do exercício, poderá se estender para o exercício seguinte.

5.6.3 - Créditos Extraordinários

Nos termos do § 3º do art. 167 da Constituição Federal, os créditos extraordinários são admitidos para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção ou subversão interna ou calamidade pública. De acordo com a Lei 4.320/64, em seu art. 44, determina que: *“Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo”*.

5.6.4 - Fontes de recursos para créditos adicionais

Toda abertura de créditos adicionais depende da existência de fonte de recursos, tendo em vista o princípio orçamentário do equilíbrio que estabelece que o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período.

Para suprir tais créditos, há como fontes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

- Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, encerrado em 31/12 (*art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64*);
- Os provenientes de excesso de arrecadação (*art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320/64*);
- Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei (*art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64*);
- O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las (*art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64*);
- Os resultantes da reserva para contingências, estabelecido na LOA (*art. 5º, inciso III, alínea b, da LRF*);
- Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, desde que haja prévia e específica autorização legislativa (*art. 166, § 8º, da CF*).

5.6.5 - Transposição, remanejamento e transferência de dotações

A Constituição Federal, art. 167, inciso VI, veda a utilização da transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem que haja prévia lei autorizativa. Essa lei não poderá estar inclusa na lei orçamentária anual por se tratar de matéria estranha ao orçamento.

As transposições, remanejamentos e transferências de dotações são assim definidos:

- As transposições são realocações de saldos orçamentários entre órgãos ou entidades em razão de sua criação, cisão, incorporação ou extinção;
- Os remanejamentos ocorrem quando se quer realocar créditos orçamentários dentro de uma mesma categoria de programação por meio da movimentação de créditos de uma natureza de despesa para outra, no intuito de garantir a Administração Pública um pouco de flexibilidade na aplicação dos recursos;

As transferências são movimentações de recursos entre os entes das três esferas administrativas (Federal, Estadual, Municipal), ou entre o setor público e entidades privadas para atender a despesas correntes ou de capital a título de subvenções, auxílios ou contribuições. Mas de acordo com o art. 7º da Portaria 163/01 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN ficam vedadas as alocações de recursos a título de transferências para entidades integrantes a mesma esfera de governo.

5.7 - Restos a Pagar

Rua Paulo Martins, 266, Santa Bárbara - Centro

Restos a pagar são todas as despesas empenhadas e não pagas dentro do exercício financeiro. O registro em restos a pagar irá ocorrer na data de encerramento do exercício financeiro de emissão da nota de empenho, mediante registro contábil, onde se debita a despesa de origem creditando-se em uma conta cujo título será “Restos a Pagar de Exercício X” e que será utilizada no exercício seguinte para a baixa da despesa, valendo-se do empenho de origem.

Nos últimos dois quadrimestres do mandato do Chefe do Poder Executivo, não se pode adquirir obrigação de despesa que não possa ser cumprida na sua integralidade dentro do exercício, ou que tenha parcelas a serem quitadas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

Ainda devemos observar a exigência legal, que determina a diferença entre as despesas empenhadas “processadas” das “não processadas”, por ocasião da inscrição dos Restos a Pagar. Sendo assim, considera-se:

- Restos a pagar de despesas processadas é quando o empenho foi entregue ao credor, que por sua vez forneceu o material ou serviço ou ainda executou a obra, e a despesa foi considerada “liquidada”, já estando na fase de pagamento, sendo considerada orçamentariamente uma despesa realizada;
- Restos a pagar de despesas não processadas é quando o empenho foi legalmente emitido mas depende ainda da fase de liquidação, isto é, o empenho foi emitido porém o objeto ainda não foi entregue e depende de algum fator para sua regular liquidação.

5.8 - Serviços da Dívida Pública a Pagar

Compreende-se por serviços da dívida pública a pagar as atividades relacionadas às necessidades das entidades públicas referentes aos valores correspondentes ao pagamento de parcelas de amortização e de juros e de demais encargos da dívida fundada ou consolidada, interna ou externa, empenhados no exercício, mas que deixaram de ser pagos efetivamente.

5.9 Despesas de Exercícios Anteriores

A despesa de exercícios anteriores, presente na contabilidade das instituições públicas, se dá através de uma dotação orçamentária que dá condições de empenhar as despesas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros já encerrados, desde que o orçamento do exercício em que foram originadas possuísse saldo suficiente para atendê-las e que não tenham sido processadas em época própria.

5.10 - Estágios da Despesa



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

A despesa orçamentária será efetivada por meio do cumprimento de alguns estágios, o que garantem a transparência e a confiabilidade dos atos dos dirigentes, além de assegurar a qualidade das operações, em termos de eficiência e eficácia.

Dessa forma, abaixo seguem os estágios, que podem ser assim entendidos:

1. Fixação: A lei do orçamento é o documento que caracteriza a fixação da despesa orçamentária;

2. Programação: se dá na elaboração de um cronograma de desembolso para utilização dos créditos orçamentários, têm o objetivo de disciplinar os gastos na mesma proporção que a previsão de realização das receitas;

3. Licitação: A realização das despesas no âmbito da Administração Pública, particularmente com a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, depende do cumprimento das regras da licitação. São modalidades de licitação a concorrência, tomada de preços, convite, pregão, concurso e leilão. Abaixo, a descrição das modalidades:

- **Concorrência:** modalidade entre os interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;
- **Tomada de preços:** modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderam a todas as condições exigidas para cadastramentos até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- **Convite:** modalidade de licitação entre interessados no ramo pertinente ao seu objetivo, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o que estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de 24 horas da apresentação das propostas;
- **Concurso:** modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico mediante instituição de prêmios ou remunerações aos vencedores;
- **Leilão:** modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. Na alienação de bens imóveis avaliados em quantia igual ou superior ao limite previsto para a concorrência, esta deverá ser a modalidade licitatória;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

- **Pregão:** para aquisição de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4. Empenho: Segundo o art. 58 da Lei Federal 4.320/64, o empenho é um ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação do pagamento, pendente ou não, de implemento de condição. Esse documento não poderá exceder o limite dos créditos concedidos, pois sendo o empenho um valor deduzido da dotação orçamentária, ou seja, do crédito fixado, caso o valor a ser empenhado seja maior do que a dotação ou crédito fixado, não haverá condição para que seja efetuado. Há três tipos de empenho, são:

- empenho ordinário,
- empenho global;
- empenho pro estimativa.

5. Liquidação: é a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Mas é preciso confirmar toda documentação que deu origem ao processo, tais como requisição, autorização, licitação, contrato ou acordo respectivo, nota de empenho, contendo histórico da despesa, dotação orçamentária, autorização, medição dos serviços ou materiais, comprovantes da entrega de material ou da prestação de serviços.

6. Pagamento: Esse estágio é desenvolvido em dois momentos distintos: a emissão da ordem de pagamento e o pagamento propriamente dito. É tido como último estágio da despesa, pois consiste na entrega do numerário ao credor em troca da quitação da dívida.

5.11 Diretrizes para Alterações Orçamentárias

5.11.1 - Plano Plurianual

O Plano Plurianual estabelece os objetivos e metas da administração para as despesas de capital, outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. As ações definidas no PPA são traduzidas na LOA, em programas de trabalho específicos, formulados pela administração pública municipal.

A criação e expansão de despesa ou aperfeiçoamento da dívida governamental deverão ser compatíveis com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e possuir dotação específica na Lei Orçamentária Anual. Se estas exigências, além da indicação da fonte financeira, não ficarem explícitas no processo de planejamento, as despesas podem ser consideradas irregulares e lesivas ao patrimônio público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Para dar início ao trabalho de elaboração do Plano Plurianual é necessário ter conhecimento do plano de governo do administrador e estabelecer um roteiro. O trabalho inicia-se com as seguintes providências:

- conhecer a Legislação Federal, especialmente a Lei Federal 4.320/64, as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e as portarias da Secretaria Tesouro Nacional;
- realizar uma análise da estrutura organizacional do Município, envolvendo Legislativo, Administração direta e indireta;
- realizar uma análise dos dados contábeis dos três últimos exercícios para estimar a receita;
- elaborar os anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais;
- certificar e identificar a fonte financeira que irá custear os investimentos;
- elaborar os cálculos das disponibilidades financeiras para investimentos;
- identificar o montante da dívida fundada;
- identificar os programas, seus custos, cronograma físico financeiro, unidades responsáveis.

A identificação dos programas, assim como sua definição, é fundamental para o sucesso do Plano Plurianual. Ao nível municipal recomenda-se que cada unidade administrativa elabore seus programas conjuntamente com a área de planejamento e engenharia, identificando os problemas, custos, tempo de execução, cronograma de desembolso e o número de pessoas beneficiadas. Isso facilitará a elaboração do PPA, e o programa será um elo integrador entre o plano e a Lei Orçamentária Anual.

5.11.2 - Vigência do Plano Plurianual

A elaboração do Plano Plurianual inicia-se no primeiro ano de gestão, com vigência para os três últimos da mesma gestão e para o primeiro ano da gestão subsequente. O projeto de lei do PPA deverá ser encaminhado ao Legislativo até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, nos termos do inc. I do § 2º do art. 35 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

5.11.3 - Controle na Execução do Plano Plurianual

O Controle Interno tem como atribuição acompanhar a execução das metas do Plano Plurianual, solicitar justificativas se não forem cumpridas as metas e sugerir medidas que deverão ser adotadas pela administração.

São vedados o início de novos programas ou projetos que não se encontrem previstos no Plano Plurianual. Isso significa que nenhum investimento que ultrapasse um exercício financeiro poderá ser executado se não estiver incluso no Plano Plurianual. Daí a importância de conhecer bem o PPA e adequá-lo ao Plano de Governo ou vice-versa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DO PPA						
EXERCÍCIO	CÓDIGOS	PROGRAMA	PREVISTO	REALIZADO	A REALIZAR	REALIZADO
ANO 1	12.01	Atenção à Criança 0 a 4	62.500,00	60.000,00	2.500,00	96%
TOTAL			62.500,00	60.000,00	2.500,00	96%

* Tabela de acompanhamento do PPA deve ser elaborada pelo Controle Interno incluindo todos os programas.

5.11.4 - Lei de Diretrizes Orçamentárias

A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi introduzida pela Constituição de 1988, inspirada, em parte, nas Constituições da Alemanha e da França. Um de seus objetivos é dar natureza formal à Lei Orçamentária Anual, ou seja, é uma lei de orientação na formulação da peça orçamentária, portanto, não se deve tratar de outra matéria que não esteja diretamente ligada à elaboração da proposta orçamentária.

No sistema orçamentário é preciso ter orçamento de execução, com objetivos e resultados a serem alcançados. Na Administração Pública não se pode elaborar orçamentos de sonhos, por isso a Lei de Diretrizes Orçamentárias possui uma importância tão relevante. A LDO é elaborada anualmente e deve ser votada até o fim do primeiro semestre. O Legislativo não entrará em recesso enquanto não aprová-la. Em síntese, poderíamos dizer que a Lei de Diretrizes estabelece regras gerais para a elaboração do orçamento do exercício seguinte.

O projeto de lei da LDO é de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, cujo conteúdo compreende:

- metas e prioridades da administração;
- orientação para a elaboração da proposta orçamentária;
- equilíbrio entre receitas e despesas;
- critérios e forma de limitação de empenho;
- exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- apresentação do Anexo de Metas Fiscais, estabelecendo as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para os três próximos exercícios, que servirá de base para as audiências públicas, conforme disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101, de 04.05.2000;
- avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos;
- demonstrar a evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, observando o disposto no art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- apresentação do Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

O Projeto de Lei da LDO deverá ser encaminhado pelo Executivo ao Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro, ou seja, até 15 de abril, nos termos do art. 35 dos Atos das Disposições Constitucionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Transitórias, condicionando a sua devolução ao Executivo para sanção até o encerramento do primeiro período da seção legislativa, ou seja, até 30 de junho.

As Leis Orgânicas Municipais poderão estabelecer prazo diferenciado para o envio do Projeto de Lei; sendo omissa, prevalece o prazo estabelecido pela Constituição Federal.

A Lei Complementar 101, de 04.05.2000, ampliou a importância da Lei de Diretrizes Orçamentárias ao atribuir-lhe a incumbência de disciplinar inúmeros temas específicos. Dentre eles, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais e ainda destacou o cronograma mensal de desembolso, conhecido como quadro de cotas bimestrais. A não-elaboração dessas peças de planejamento trará, certamente, como resultado o desequilíbrio entre a previsão e a realização das receitas e despesas, violando todos os limites e dificultando o trabalho dos órgãos fiscalizadores.

5.11.5 - Lei Orçamentária Anual

A Lei Orçamentária Anual deverá demonstrar compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, e atender a todas as exigências estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. A articulação entre os três planos orçamentários é regra essencial da boa conduta da Administração Municipal. Para a criação, expansão ou aprimoramento da ação governamental, deverá o Administrador emitir declaração formal de que as novas despesas estão compatibilizadas nas três instâncias básicas do processo orçamentário: no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual.

A elaboração da proposta orçamentária inicia-se após a sanção da LDO. O prazo para envio ao Poder Legislativo é de até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e deverá ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa. Portanto, se a Lei Orgânica não dispuser de outra data, a proposta orçamentária deverá ser protocolada na Câmara Municipal até 30 de agosto.

A Lei Orçamentária deve obedecer rigorosamente à estrutura organizacional do Município. A criação de um bom plano de contas é essencial para o sucesso da Administração. Para não correr o risco de contrair despesas que não possuam dotações orçamentárias ou valores orçamentários insuficientes, o trabalho de planejamento deve ser confiado a uma comissão especial, designada pelo Administrador, composta por profissionais que possuam vasto conhecimento de Administração Pública.

Quando o Município adotar o orçamento com participação popular, deverá criar previamente um regulamento para disciplinar o seu funcionamento. Ainda deverá tomar algumas providências, tais como:

- definir a fonte e os valores dos recursos que serão disponibilizados para os programas do orçamento popular;
- critérios de participação;
- prioridades e metas;
- prazos para apresentação das propostas.



6 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

6.1 - Conceito de Execução Financeira

O objetivo da Execução Financeira é o registro financeiro da execução do orçamento em função das disponibilidades dos recursos financeiros, bem como a implementação de normas para distribuição desses recursos. Para cumprir a função do Balanço financeiro, durante a execução de receita e despesa, deve-se proceder a checagens periódicas das contas de Caixa e Banco.

Dessa forma, o sistema financeiro registra e demonstra a movimentação dos recursos financeiros das entidades públicas da Administração direta e indireta. Importante saber que RECURSO é dinheiro ou saldo de disponibilidade bancária (ênfase da execução financeira) e que CRÉDITO é dotação ou autorização de gasto ou sua descentralização (ênfase da execução orçamentária).

6.2 - Caixa e Bancos

A gestão das contas Caixa e Bancos provém do processo de planejamento econômico e financeiro das entidades públicas. São dois fluxos importantes, mas são críticos e devem ser controlados e muito bem planejados, pois um se relaciona com o fluxo de bens e serviços dentro da empresa e o outro é o próprio numerário em espécie presente na instituição.

A internet é um importante instrumento nesta área, já que por meio desse recurso podem-se buscar extratos, saldos, lançamentos de tributos automáticos e ainda agiliza todo o processo de lançamento contábil.

Para se ter uma coerência da realidade com os dados e demonstrativos gerados pelos sistemas informatizados, os lançamentos na tesouraria devem ser constantemente alimentados.

6.3 - Boletim Diário de Caixa

Boletim diário de caixa é quando ocorre movimentação dos recursos financeiros através de instituições financeiras. Diariamente o tesoureiro deverá conferir os valores disponíveis e emitir um Boletim diário de caixa ou outro Demonstrativo de movimentação numerário, expressando a realidade daquela ocasião. Tudo isso com o objetivo de acompanhar a evolução da movimentação do disponível (caixa e banco).

6.4 - Programação Financeira

A programação financeira consiste na organização sistemática das finanças públicas, a fim de estruturar quais as despesas que serão liquidadas e pagas no período, utilizando-se dos controles que estão nas instituições públicas, melhorando o fluxo de caixa e a organização geral.

Com o advento da Lei Complementar 101/2000, em seu art. 8º, a programação financeira vem sendo efetivamente exigida, apesar de já estar presente na Lei 4.320/64 em seus arts. 47 a 50.

Art. 8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso

Devemos atentar em relação aos gastos vinculados, pois eles possuem destinação certa e devem ser tratados como recursos marcados a determinadas despesas. Dessa forma, o controle deverá ser individualizado para cada recurso e ainda em contas bancárias específicas, sem falar que as despesas já deverão ser predefinidas em convênio.

6.5 Origem (fonte) dos Recursos

Na contabilidade há divisões de recursos em ordinários e vinculados, o que também pode ser figurado nas fontes e origem de recursos. Mais precisamente, as fontes representam a procedência dos recursos orçamentários ou financeiros, transferidos para determinada instituição, órgão ou entidade, como objetivo de manter suas atividades permanentes programadas. Já o vínculo representa a vinculação legal dos Recursos Vinculados a determinados órgãos, entidades, fundos ou finalidades específicas.

Para evidenciar todos os gastos conforme cada legislação pertinente exige, a contabilidade deverá emitir relatórios que relacionam o ingresso do recurso vinculado com sua aplicação, de forma a prestar contas isoladas de cada convênio, assim como demonstrar a contrapartida aplicada por meio de recursos ordinários.

Quando a Administração firma convênios que não estejam previstos no orçamento anual, é necessária abertura de crédito especial para a despesa, assim como criação de rubrica de receita orçamentária e abertura de conta bancária específica, para possibilitarem o controle necessário. No PPA, deve-se verificar se o programa foi criado por este último instrumento de planejamento, caso contrário deverá ser enviado projeto de lei ao Legislativo para este fim.

6.6 - Audiências Públicas

Audiências públicas são obrigаторiedades para todos os municípios, independentemente de sua população. A lei que regulamenta tal procedimento é a Lei

de Responsabilidade Fiscal em seu art. 63. Sendo que estas deverão ser realizadas na sede do Poder Legislativo, perante o Plenário ou Comissão constituída para tal fim.

A não realização da audiência pública pode caracterizar-se infração político-administrativa, passível de punição com cassação de mandato, pois ela é um dos instrumentos de transparência com objetivo de envolver a população nos processos de elaboração dos planos orçamentários, além de demonstrar e avaliar as metas fiscais estabelecidas

6.7 - Contingenciamento - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

Em decorrência da necessidade de garantir o cumprimento dos resultados fiscais estabelecidos na LDO e de obter maior controle sobre os gastos, a Administração Pública, em atendimento aos artigos 8º, 9º e 13 da LRF, faz a programação orçamentária e financeira da execução das despesas públicas, bem como o monitoramento do cumprimento das metas de superávit primário.

A preocupação de manter o equilíbrio entre receitas e despesas no momento da execução orçamentária já constava na Lei no 4.320, de 1964, prevendo a necessidade de estipular cotas trimestrais das despesas que cada unidade administrativa ficava autorizada a utilizar.

Esse mecanismo foi aperfeiçoado na LRF, que determina a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso, bem como a fixação das metas bimestrais de arrecadação, no prazo de 30 dias após a publicação dos orçamentos.

Verificada a frustração na arrecadação da receita prevista ou o aumento das despesas obrigatórias, que venham a comprometer o alcance das metas fiscais, torna-se necessária a adoção de mecanismos de ajuste entre receita e despesa.

A limitação dos gastos públicos é feita por decreto do Poder Executivo e por ato próprio dos demais Poderes, de acordo com as regras a serem fixadas pela LDO. No âmbito do Poder Executivo, esse decreto ficou conhecido como Decreto de Contingenciamento, que, normalmente, é detalhado por portaria interministerial, evidenciados os valores autorizados para movimentação e empenho e para pagamentos no decorrer do exercício. Em resumo, os objetivos desse mecanismo são:

- estabelecer normas específicas de execução orçamentária e financeira para o exercício;
- estabelecer um cronograma de compromissos (empenhos) e de liberação (pagamento) dos recursos financeiros para o Governo;
- cumprir a legislação orçamentária (LRF, LDO etc.); e
- assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro e proporcionar o cumprimento da meta de resultado primário.

6.7.1 - Bases Legais

Lei no 4.320, de 1964:

Art. 47. Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixadas, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Art. 48. A fixação das cotas a que se refere o artigo anterior atenderá os seguintes objetivos:

a) assegurar às unidades orçamentárias em tempo útil a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho;

b) manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Lei Complementar no 101, de 2000 - LRF:

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 9º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º. Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º. No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º. Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

*§ 5º. No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.
[...]*

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

7 - ANEXOS

A Comissão Especial de Orçamento definirá em anexos específicos as seguintes informações:

- ✓ Classificação dos Órgão por Instituição;
- ✓ Classificação das Unidades Administrativas por Órgão, conforme Lei de Estrutura Organizacional;
- ✓ Classificação das Funções de Governo;
- ✓ Classificação das Subfunções de Governo;
- ✓ Relatórios de Programas, contendo seus responsáveis (Gestores e Gerentes);
- ✓ Descrição dos projetos que integrarão a LOA;
- ✓ Detalhamento das de Atividades, conforme LOA;
- ✓ Relação dos Elementos de Despesa, conforme LOA;
- ✓ Relatório de Fontes de Recursos, conforme orientação do TCE;
- ✓ Relatório de Códigos de Aplicação, conforme LOA;
- ✓ Classificação Estrutural das Receitas, conforme LOA.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BOTELHO, Milton Mendes. Manual de Controle Interno: Teoria & Prática. Curitiba: Juruá, 2003.

BOTELHO, Milton Mendes. Manual de Controle Interno na Administração Pública Municipal. Curitiba: Juruá, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro de 1986.

_____. Lei Complementar, nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 05 de maio de 2000.

_____. Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 25 de outubro de 1966.

_____. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de março de 1964.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Receita Nacional: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. 1. ed. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Despesa Nacional: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. 1. ed. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público: Parte I – Procedimentos contábeis orçamentários. 5. ed. Brasília, 2012.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento MTO. Edição 2014. Brasília, 2013.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 31.796.659/0001-20
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO JR., J. Teixeira; REIS, Heraldo Costa. A Lei 4.320 Comentada. 31. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, IBAM, 2002/2003.